----------ATA Nº. 15----------

SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2023: Aos vinte dias do mês de setembro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu pelas vinte horas e trinta e seis minutos, em sessão ordinária, no Cineteatro Municipal Messias, a Assembleia Municipal, cuja Mesa foi constituída pelo Senhor Presidente da Mesa Carlos Alberto da Costa Cabral e pelos 1.º e 2º Secretários, o Senhor João Manuel Ferreira Louzado e a Senhora Maria João Rodrigues dos Santos, respetivamente, com a seguinte Ordem de Trabalhos: Período Destinado à Intervenção do Público, Período antes da Ordem do Dia e Período da Ordem do Dia: ----------

1) Votação da Ata n.º 13; ----------

2) Votação da Ata n.º 14; ----------

3) Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro; ----------

4) Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) – XXVI Congresso – Eleição de Presidente de Junta de Freguesia efetivo e substituto; ----------

5) Listagem de Compromissos Plurianuais; ----------

6) Proposta n.º 69/2023 – Proposta de Transferência de Recursos para as Freguesias – Atualização de recursos financeiros para 2024; ----------

7) Proposta n.º 70/2023 – Projeto de Regulamento de Isenção de Derrama; ----------

8) Proposta n.º 72/2023 – Descentralização de Competências na Área da Saúde; ---

9) Proposta n.º 75/2023 – Regulamento para o Serviço de Empréstimo Documental da Rede Intermunicipal de Bibliotecas da Região de Coimbra; ----------

10) Proposta n.º 76/2023 – 2.ª Alteração ao Mapa de Pessoal da Câmara Municipal da Mealhada para o Ano de 2023; ----------

11) Proposta n.º 77/2023 – Regulamento de Utilização e Funcionamento do Cineteatro Messias. ----------

Uma vez declarada aberta a sessão, pelo Senhor Presidente da Mesa, o 1.º Secretário da Mesa, Senhor João Manuel Ferreira Louzado, procedeu à chamada dos membros da Assembleia Municipal. ----------

Os Senhores Deputados Municipais Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira estiveram presentes. ----

Os Senhores Deputados Municipais, Rui Manuel Ribeiro César e Maria de Lurdes Jesus Cardoso Bastos solicitaram a sua substituição, o que veio a verificar-se,

respetivamente, por Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos e Carlos Manuel Salvador Veloso. ----------

A Senhora Deputada Municipal Joana Isabel Martins Rigueiro de Sá Pereira não esteve presente, tendo no entanto solicitado a sua substituição em tempo útil, à qual não foi dado o apropriado seguimento em virtude de erro informático. ----------

O Senhor Deputado Municipal Alexandre Edgar Mendes Rebelo solicitou igualmente substituição, tendo sido convocado o Senhor Deputado Municipal Luís Daniel Almeida Oliveira, não tendo no entanto este comparecido na Sessão ou requerido substituição em tempo útil. ----------

Estiveram ainda presentes os Senhores Presidente da Câmara Municipal, António Jorge Fernandes Franco, a Senhora Vice-Presidente Maria Filomena Baptista Pereira Pinheiro e os Senhores Vereadores, Ricardo Jorge Gonçalves dos Santos, Hugo André Afonso Alves e Silva, José Carlos Calhoa Morais, Sónia Maria Pereira Leite e Luís Filipe Tovim Ferreira, em substituição de Rui Manuel Leal Marqueiro. --

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa deu início ao **PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO**, tendo-se inscrito a Senhora Ana Luzia Quintela dos Santos Cruz. ----------

1) No uso da palavra, a Senhora Ana Luzia Cruz iniciou por esclarecer que intervêm como militante do Bloco de Esquerda, acrescentando que apesar do incómodo demostrado em Sessões anteriores quando alguém intervêm em nome do citado grupo político, solicitava que não seja exigido, a quem o faz, simular algo que não são e em nome de quem intervêm, acrescentando que se pertencesse a alguma associação com certeza não impediriam a sua participação. De seguida teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

" Sr. Presidente, vimos aqui colocar-lhe algumas questões: ----------

1) Sobre o polo do politécnico de Coimbra na Mealhada- o sr. presidente afirmou à comunicação social que este se encontrará bem situado , perto da estação de comboios e de transportes públicos. Pode precisar a que transportes públicos se referia? Estaria a pensar na hipótese do metro? ----------

Este acordo tripartido entre o politécnico de Coimbra e os municípios de Anadia e Mealhada revela-se interessante pelos objetivos a que se propõe, mas não poderá ser, concretamente no caso da Mealhada, muita parra para tão pouca uva? A proximidade a Coimbra não será um problema a prejudicar a atração de estudantes para frequentar o ensino superior nesse polo? ----------

Esperemos que não estejamos perante um caso de busca de fundos do PRR e depois, daqui a algum tempo, cinco anos como está contratualizado, fiquemos com mais um edifício ao abandono. Edifícios que desses não faltam pelo concelho e cuja reabilitação para habitação seria urgente. ----------

2) Lago do Travasso- qual vai ser o destino do lago do Travasso, depois da conclusão das obras da ponte? ----------

3) EPVL- Soubemos que o ano letivo na EPVL arrancou sem a aprovação da inspeção de dois cursos de nono ano: cozinha e mecânica. Esta situação gorou as expectativas de muitos alunos do AEM que ali tinham feito a pré-inscrição para

singrarem numa via profissionalizante. Não tem sido fácil a estes alunos e aos seus EE aceitarem esta realidade. Por aí se constou que a inspeção terá alegado problemas ou falta de condições no edificado para albergar estes cursos. Pode o sr presidente confirmar esta informação? É que o edifício é da câmara. Pode o sr presidente explicar se a câmara falhou no cuidado e na preservação desta escola? O que tem a dizer sobre o facto de esta escola, a antiga menina dos olhos de um antigo executivo, não estar capaz de corresponder aos estudantes do concelho, ao ponto de alguns já terem optado por outras soluções em concelhos vizinhos? --------
4) Congratulamo-nos com as obras iniciadas na EB23; há muito que lutamos por elas. Será um transtorno a sua realização durante o período de aulas, mas compreendemos. Agora, pode explicar qual a solução para aquele corredor exterior que une os vários blocos? É que quando chove há notório perigo para quem nele circula e não protege de modo efetivo quem nele se vê obrigado a circular. ----------
5) Secundária- Sabe o sr. presidente informar se as obras da secundária contemplam na zona da portaria, a instalação de algum equipamento sanitário e quando começará a ser instalado, já que aquela entrada se encontra a uma distância considerável da casa de banho mais próxima dentro da escola. Não é normal que um trabalhador chegue ao ponto de evitar beber água, para não ter de deixar o posto de controlo sem ninguém ou para não ter de pedir que o substituam cada vez que precisa de ir à casa de banho. Mesmo que nos digam que o rácio de assistentes está em conformidade, a verdade é que não chegam para as múltiplas tarefas e a idade de muitos deles também já não se compadece com alguns sacrifícios que lhes queiram impor ao corpo e à mente. Sabe dizer se a nova portaria vai conferir mais dignidade a quem lá trabalha? Nós já a colocámos aqui há mais de três anos e na altura não obtivemos do anterior executivo qualquer resposta nem solução. ----------
Ana Luzia Cruz (BE Mealhada) ". (início: após 02 minutos; fim: após 11 minutos) ----
Em seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Assembleia Municipal para realçar que, apesar de apreciar as intervenções que efetuam, este período é destinado ao público e não aos partidos, tendo a Senhora Ana Luzia Cruz respondido que também estão no público e no Município, intervindo para ajudar, tal como Associações já o fizeram. (início: após 11 minutos; fim: após 12 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por informar que em relação ao Politécnico de Coimbra, o protocolo já foi assinado, fazendo referência à rede de transportes públicos - que também transportam crianças das escolas – a qual está ser analisada e trabalhada internamente e em conjunto com a CIM para dar a melhor resposta possível não só aos alunos mas também à população do Concelho de Mealhada. Acrescentou de seguida que o objetivo não é construir um novo edifício para o efeito mas sim usar as infraestruturas existentes, havendo um grande interesse do Politécnico de Coimbra em trabalhar com o Município de Mealhada, pela boa rede de infraestruturas ligadas ao desporto e das condições para realização das aulas, acreditando ser esta parceria uma mais-valia para o Concelho. Sobre o Lago'no Travasso informou que

o mesmo terá de ser requalificado de modo a ser um espaço de lazer, pretendendo também que ocorra investimento da I.P. no lugar. Quanto aos cursos da EPVL a informação que dispunha era de que, apesar de inspeção favorável, os cursos não avançaram porque existia o risco de não haver oferta para as turmas do ensino público. Em relação à EB2/3 de Mealhada, estão a decorrer obras de sombreamento de forma a proteger os alunos das condições meteorológicas, estando em preparação uma obra de fundo orçada em cerca de 4 milhões de euros e que está a ser analisada pela *Dgest* para emissão de parecer e seguir posteriormente para concurso, com a finalidade de criar maior conforto térmico e mobilidade no espaço. Acrescentou que concordava que a portaria necessita de um apoio sanitário e já discutiu o assunto com o Senhor Diretor e o mesmo irá ser construído. (início: após 12 minutos; fim: após 23 minutos) ----------

Não havendo mais inscrições, deu-se início ao **PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA:** ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para solicitar que, nas intervenções no período antes da ordem do dia, não questionassem assuntos que estão expressos e respondidos na informação prestada pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro e para o qual existe um ponto reservado na ordem do dia, isto de modo a poupar tempo aos trabalhos da sessão. (início: após 23 minutos; fim: após 24 minutos) ----------

De seguida, o Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Iola Baptista, Frederico Santos, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, Susana Almeida. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal Iola Baptista, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, estimados munícipes, aqui presentes, e que nos seguem on-line em suas casas.* ----------

Decorridos que estão dois anos completos de mandato deste executivo municipal, vimos aqui falar de um tempo que se aproxima, que é o da apresentação das Opções do Plano e da Proposta de Orçamento para 2024, e fazemo-lo conforme o fizemos sensivelmente por esta altura no ano passado, ou seja, a sensivelmente um mês, da elaboração do mesmo. ----------

No mesmo sentido, que o fizemos, voltamos a considerar oportuno fazer desde já, um olhar futuro sobre aspetos que acreditamos devem merecer uma especial atenção, diria mesmo, uma maior incidência, para que os mesmos possam merecer um enquadramento adequado. ----------

E tal como há um ano dissemos, interessa-nos muito um bom futuro e consideramos por isso que é nossa obrigação dar o nosso contributo para que tudo possa ser feito para o podermos ter, TODOS! ----------

Nesta perspetiva, muito gostaríamos que este executivo fizesse boa nota das preocupações que nos assolam nomeadamente em relação aos itens a seguir enumerados; ----------

1 – Preocupa-nos a Coesão Social do nosso território. Pensamos que teremos de fazer bem mais por um desenvolvimento harmonioso do nosso Concelho, através de apoio específico e de proximidade, dotando as Juntas de Freguesia de recursos para que possam estar ao lado dos anseios da População. ----------

Sabemos que nos tempos que correm os recursos são escaços, mas exatamente por isso, precisamos ser mais eficientes em toda a linha. ----------

As Juntas de Freguesia são a ponta da escada de apoio da nossa população. Delegar o fazer terá de ser acompanhado também por uma capacidade de "ter"! Ter meios, ter apoios de vária ordem, logo à partida e com uma componente plurianual para poderem agir e não só reagir! ----------

2 – Reiteramos, a necessidade premente e mais do que nunca, de um foco muito especial em relação à realidade das "nossas famílias", nossas do Concelho, nossas de todos nós! ----------

A família, qualquer que seja a sua tipologia, continua a ser a base da nossa sociedade, tal como a vemos, e assim é importante esta nossa atenção dirigida às condições adversas a que estão sujeitas, principalmente as mais vulneráveis e são cada vez mais, pois a incerteza dos tempos faz-nos pensar que é preciso estarmos muito atentos e antecipar as dificuldades para melhor as contornar, em vez de esperar para remediar, e tudo fazer, com medidas concretas, para evitar que ninguém fique para trás isolado ou esquecido. ----------

Temos de pensar: famílias com dificuldades, terão crianças com dificuldades, e mais velhos com dificuldades. ----------

Olhar para esta problemática, sem preconceitos! ----------

Famílias com dificuldades, há-as de inquilinos, mas também de senhorios… como as há… com menores dificuldades, de ambos os lados… de verdade, cada vez mais as dificuldades são transversais na Sociedade, quando certamente todos desejaríamos que fossem as facilidades que o fossem… ----------

Por vezes, pequenas medidas têm grandes efeitos, e sabemos da elevada importância das ações atempadas. ----------

É por isso de elevada importância um conhecimento atualizado da situação no terreno! ----------

As Juntas de Freguesia podem ser o veículo mais adequado para transportar as dificuldades e levar de regresso as soluções ou os meios de solucionar. ----------

Que tenham mais meios para tal. ----------

Ao Município, neste particular, compete-lhe fazer com que não se perca o tempo, em coisas de menor significado, para que não sejam no futuro maiores as dificuldades!

É cada vez mais premente a política de proximidade, de atuação e rapidez na ação!

Em relação a estes dois primeiros itens, que como tantos outros estão corelacionados, as políticas a adotar podem ter várias vertentes, mas há uma que nos parece que deve merecer um destaque; ----------

- É urgente o reabilitar do edificado nos centros urbanos das nossas povoações, estender as 3 ARU's do concelho, diria que a todas as freguesias ou mesmo localidades do concelho, podendo desde logo implementar uma redução na Taxa de IVA (para os 6%). ----------
Lamentavelmente, todo o nosso concelho necessita-urgentemente. ----------
O PRR é uma oportunidade para reverter a evidente degradação dos centros antigos, envelhecidos, degradados das nossas localidades, aldeias, vilas e cidade, e combatermos a falta de habitação que tanto se sente no nosso concelho. ----------
É uma oportunidade única que pode mudar a face das nossas ruas e praças do nosso concelho, propulsionando o fim dos imóveis degradados, nalguns casos já só apenas muros, em ruínas, não poucas vezes perigosas para a população, até na componente de saúde pública. ----------
Todos temos essa realidade como que fotografada na nossa memória atual. ---------
O Município deve estar à altura de aproveitar esta oportunidade, potenciando-a na medida do possível, avaliando as diversas possibilidades como sejam a referida redução de taxas de IVA, do IMI... e até eliminação de outras relacionadas com licenciamentos, conjugadas com o reforço de meios humanos em grupos de trabalho / gabinetes que possam acompanhar e agilizar processos, prestar esclarecimentos, instruir, enfim acelerar, pois cada vez se faz mais tarde! ----------
Será, quanto a nós, até uma forma bastante eficaz, de atrairmos mais Turismo, tendo nas aldeias vilas e cidade, um edificado mais habitável e mais "asseado" e desonera nos de outros gastos quiçá de menor retorno a vários níveis. ----------
3 – Temos de olhar de forma diferente para as nossas Associações e principalmente para as nossas IPSSs e para a realidade que comportam nos tempos que atravessamos, em que as comparticipações do Estado central não acompanham, muito longe disso, os aumentos de custos de funcionamento como Eletricidade, gás, salários, etc. e em que a redução do rendimento disponível das famílias, implica mesmo uma redução efetiva na parte cobrada às famílias. ----------
Reiteramos a necessidade de um apoio ainda mais concertado e mais dirigido às nossas instituições de cariz social e um suporte prioritário à "obra Social", atendendo-se as dificuldades reais de cada caso em particular... ----------
As IPSSs são, enquanto instituições, pilares fundamentais na comunidade e sociedade em geral, complementando ou substituindo-se ao Estado, de forma organizada há 525 anos. ----------
4 -Espaços públicos – fundamentais para o bem-estar da população! Sabemos do recente anúncio sobre a elaboração de um projeto para requalificação/melhoramento dos espaços públicos, só pode pecar por tardio!... Tal como há um ano, já dissemos, preconizamos medidas que assegurem de forma definitiva e sustentada uma clara mudança de paradigma político na abordagem aos necessários cuidados dos espaços públicos verdes e urbanos. ----------
Infelizmente não precisamos de enumerar exemplos, estão à vista de todos, que cá vivemos e para os que por cá passam! ----------

5 – Medidas reformistas e dinamizadoras a disponibilizar ao tecido empresarial, contribuirão para a qualidade de vida do nosso Concelho, não temos dúvidas. -------
Desde a necessária atratividade para novas empresas sustentáveis, ao apoio às já existentes passando pela dinamização e ajuda aos empreendedores de menor dimensão como os empresários individuais e o comércio local, precisamos de medidas concretas para que surjam mais postos de trabalho, mais habitantes, mais vida nas nossas localidades! ----------
Tudo assente numa política de exigência, transparente, mas facilitadora! ----------
Dizíamos há um ano e hoje repetimos: Há mais vida para além do Verão e do Natal…
Criatividade, precisa-se! ----------
6 – Eficiência dos serviços – Desburocratizar é preciso! ----------
Faltam medidas que visem facilitar, práticas, concretas, que se sintam no dia-a-dia! São positivas para todos, a começar pelos trabalhadores da Autarquia. ----------
Faz-nos falta que haja um sentimento e uma realidade, de ter serviços públicos Municipais para além de motivados, ao serviço de uma população pagadora de impostos e carente de tantas coisas, e não "embrulhados" e "embrenhados" em burocracias redundantes que, sabemos, têm normalmente um efeito indutor de comportamentos menos cívicos, como o "tornear" de leis ou desinteresse pelo bem comum – a sua missão! ----------
É natural que possam consumir recursos! Mas proporcionando eficiência, o retorno é garantido! ----------
7 – A par da Saúde, a Educação, devem merecer um olhar incisivo e temos de reforçar a determinação em fazer valer os nossos anseios ao poder central. ----------
Já todos percebemos as vicissitudes das delegações de competências ou a falta delas por parte do Estado central, é por isso determinante a ação que possa ter um executivo Municipal na defesa da sua população! ----------
No caso particular da Saúde, agora em fase de "negociação", pode contar o executivo municipal o nosso total empenho na busca de uma solução que sirva a população, com qualidade, melhorando tudo o que está mal, recusando liminarmente a mediocridade como referência… ----------
Um baixar da guarda agora seria desastroso, é necessário muito e aprimorado trabalho no sentido de precaver o bom funcionamento dessa transição inevitável, embora unilateral, mas que importa sobretudo que seja sinónimo de soluções por proximidade transformando adversidades em oportunidades, de fazer diferente e bem! ----------
8 - Referir ainda que é necessário e urgente ter um plano bem definido para o património edificado do Município, que possa equacionar várias opções de abordagem, mas que descole definitivamente de um passado em que apenas nos contentámos em ter, mesmo que a apodrecer! ----------
Se queremos ter, temos de ter o engenho e a arte de poder e saber cuidar, rentabilizar, colocar ao serviço da comunidade-seja de que forma for – impõe-se a palavra já várias vezes repetida-criatividade! ----------
9 – Ambiente e sustentabilidade. ----------

Precisamos de uma incisiva política ambiental, que desate os "nós", alguns que vêm do passado, de más decisões, ou que ficaram por tomar, e que, de uma vez por todas, nos possa colocar numa rota de progresso, modernidade e asseio! ----------
E que, para além de contemplar as modernas abordagens aos Resíduos Urbanos, coresponsabilidade de cada um de nós, essa vertente de política ambiental, possa também contemplar, dinamizar e potenciar os nossos recursos hídricos naturais como o rio Cértima, a ribeira da Vacariça, entre outros. ----------
Não viveremos sem um bom ambiente! ----------
Urge cuidar e preservar estes recursos naturais, trabalhemos nesse sentido! ---------
Sr. Presidente da CMMealhada, ----------
A maioria construída para apoiar a solução que saiu das eleições autárquicas de 2021, tem assegurado todas as condições para, nas mais diversas áreas, mudar a face do nosso concelho. ----------
Depois da "prisão" herdada, a vários compromissos do anterior executivo, esperamos que o orçamento para 2024 traga evidências de um ponto de viragem na nossa vida autárquica. ----------
O nosso concelho, as nossas organizações civis, os nossos munícipes, necessitam e merecem…" (inicio: após 25 minutos; fim: após 36 minutos) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por referir que intervinha sobre o acesso à alimentação escolar, acrescentando que todos os anos assiste às peripécias do início do ano letivo por todo o país mas nunca viu ser notícia a recusa ou impedimento de servir almoço a uma criança. Seguiu dizendo que até ao arranque deste ano letivo para as crianças até ao quarto ano, inclusive, os encarregados de educação pagavam as refeições num modelo pós pago, ou seja, no final de cada mês recebiam uma nota de pagamento das refeições que tinham sido comidas, modelo alterado este ano para o pré-pago. Referiu depois uma mensagem recebida por um encarregado de educação do Município, cujo conteúdo leu: "*Quinta-Feira, 31 de agosto. A CMM informa que deve pagar até dia 20 o serviço do mês de agosto/2023 do aluno X. Entidade, referência e valor a pagar*", da qual reprovava a não indicação do mês limite de pagamento, admitindo no entanto que seria relativo a setembro, sendo que no entanto, a 14 de setembro, o mesmo encarregado de educação, recebeu um email, cujo conteúdo leu: "*Remetente: siga-mealhada; 14 de setembro; assunto: refeições escolares – restrição por dívida. Excelentíssimo encarregado educação, verificando-se que não procedeu ao pagamento das faturas em atraso relativas ao serviço de educação do seu educando X, o valor em dívida, informa-se que o mesmo não poderá usufruir do serviço de refeições escolares até regularização do valor em dívida. Considerando que o pagamento se encontra fora do período aplicar-se-á um agravamento 10% sobre o valor total das faturas. O pagamento poderá ser efetuado presencialmente na tesouraria desta Câmara Municipal.*". Relativamente ao conteúdo do email, considerou que desde logo que existe uma ameaça, afirmando a existência de uma dívida e pagamento de multa, isto sem que o prazo tivesse terminado, e usando ainda a alimentação escolar da criança como cavalo de batalha, o que classificou de

horroroso. Prosseguiu assinalando que no comunicado emitido pelo Município não ficou expresso que o modelo pré-pago se destinava exclusivamente aos alunos até ao quarto ano, até porque para os restantes alunos do 5.º ao 12.º já era esse o funcionamento, e portanto motivou confusão nos encarregados de educação num período já por si difícil. Relatou de seguida que no primeiro dia de aulas alguns encarregados de educação foram contatados telefonicamente a informar que teriam de ir buscar os seus educandos, porque não tinham realizado a pré-reserva de almoço e portanto a escola não lhes fornecia a refeição, o que causou pânico e ruído e levou a que no final da manhã já existissem instruções para dar almoço a todas as crianças, acrescentando ainda que em reunião a que atendeu, por conta do seu educando, constatou que o assunto já era tema e para os novos encarregados de educação que apresentavam dúvidas, o Diretor de Turma respondia para se dirigirem à secretaria do liceu a fim de obter esclarecimentos, isto com a agravante das aulas começarem no dia seguinte. Referiu depois uma situação relatada por um pai: o cartão do educando apresentou erro de leitura na hora de almoço e tendo efetuado a pré-reserva necessária enviou captura do ecrã com essa informação para tentar solucionar o problema, porém o aluno foi remetido para o fim da fila e instruído a aguardar, situação que, para quem desconhece que tal é procedimento normal, causa preocupação e aflição, tendo todavia a situação sido resolvida. Terminou dizendo que acha inadmissível que se privem as crianças de refeição pelas falhas dos seus encarregados de educação, seja em que situação for. (inicio: após 36 minutos; fim: após 47 minutos) ----------

3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por pedir clarificação e mais informações sobre o projeto de limpeza do rio Cértima. Solicitou igualmente informação sobre a notícia difundida nos meios de comunicação sobre a construção de um novo Pólo de Saúde na Vacariça e em que termos tal se processará. Questionou se já foi solicitado à I.P. a lista das estradas afetadas pelas obras da Linha da Beira Alta e da Linha de Concordância, do estado das mesmas e como se irá resolver problema da sua reabilitação, julgando não dever ser o Município a arcar com essas despesas. Perguntou, tendo em conta intervenções realizadas em alguns jardins-de-infância, para quando uma intervenção no jardim-de-infância na Quinta de Valongo, a necessitar de obras urgentes. Finalizou mencionando informação verbal recebida por técnico da I.P. relativamente ao abandono da requalificação do apeadeiro do Pêgo, e como tal questionava se tinha informações sobre isso. (inicio: após 48 minutos; fim: após 52 minutos) ---------

4) A Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Excelentíssimo Senhor Presidente da Câmara, excelentíssimos Senhores vereadores, excelentíssimo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, excelentíssimos Senhores deputados da Assembleia Municipal, excelentíssimos Senhores Presidentes da Junta de Freguesia, mais auditório, presencial e virtual. --- Os meus cumprimentos e permitam-me desejar um excelente ano letivo a todos os alunos, a professores e assistentes operacionais e encarregados de educação e é*

justamente sobre educação e políticas de educação delineadas para este nosso município que venho aqui falar, perguntar e refletir. Em julho passado, o Senhor Presidente da Câmara propôs, em reunião do Conselho Municipal de Educação, que se eliminasse o instituto, o critério, a figura da escola de referência, muito bem conhecido, aliás, do Senhor Presidente da Assembleia Municipal, que esteve até na génese da criação dessa figura, e que o transporte escolar gratuito a todos beneficiasse sem exigência da observância do critério da escola de referência. Esta proposta bem sei que está legitimada porquanto recebeu aqui o respaldo do Conselho Municipal, com maioria aliás, tendo tido apenas a abstenção do Senhor Diretor do Agrupamento, o Senhor Professor Fernando Trindade, que muito estimo, considero e admiro, mas confesso, fiquei um pouco espantada com esta posição de indiferença e de inércia ante esta proposta ou esta resolução. No entanto, permitam-me trazer a esta Assembleia uma reflexão e questionar o Senhor Presidente da Câmara sobre a ratio que presidiu a esta proposta ou se quiserem, qual foi a política da educação para o Concelho que o Senhor Presidente teve em mente ao avançar esta proposta, senão vejamos. A escola EB 2/3 da Pampilhosa celebrou salvo erro, 30 anos recentemente. Foi uma escola criada, aliás, no executivo, que era também integrado pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal e que visava dar resposta na área da educação, portanto, às necessidades na zona sul do Concelho. Esta escola esteve sempre muito bem classificada a nível dos rankings nacionais, tem, eu diria, umas boas ou muito boas instalações, ainda que mereçam reforma e até pouco tempo contava com mais de 600 alunos. Esta foi, até este ano letivo, a escola de referência de freguesias como Barcouço, Pampilhosa ou parte de freguesias de Casal Comba, ou parte de freguesias de Vacariça como Pêgo, Santa Cristina, que ainda agora falamos aliás. Por conseguinte, os alunos destas localidades deveriam ir preferencialmente para a escola da Pampilhosa, sob pena de terem de pagar o valor do passe. O passe de autocarro para a escola da Mealhada. Ora, esta previsão e exigência canalizava naturalmente os alunos destas freguesias, ou de parte destas freguesias, para a EB 2/3 da Pampilhosa, que sempre deu mostras quer ao nível do corpo docente, quer ao nível dos assistentes operacionais, de recursos físicos e, portanto, instalações, aliviando em simultâneo a escola da Mealhada e sublinhe-se que a construção, vou sublinhar, a construção da EB 2/3 da Pampilhosa visava dar resposta às necessidades neste particular na zona sul do Concelho. O que é que sucede? Com a proposta do Senhor Presidente da Câmara o transporte é gratuito para todos os alunos com a supressão deste critério da escola de referência e, por conseguinte, um aluno de Barcouço, de Mala, pode ir estudar diretamente para a para a Mealhada sem pagar o valor do passe, o que não sucedia anteriormente. Qual é que é a consequência desta proposta, que bem sei Senhor Presidente mereceu acolhimento, o respaldo, o acordo do Conselho Municipal, bem sei disso, mas queria aqui adiantar uma reflexão, ou será que terão tido a perceção das consequências? Em primeiro lugar terá seguramente haver um aumento de custos decorrentes do transporte. E permita-me perguntar Senhor Presidente, o valor que a Câmara paga pelo transporte de uma criança de Barcouço, do Canedo e de Mala para a

Pampilhosa deve ser substancialmente diferente do valor que essa mesma criança paga para a Mealhada, na medida em que o valor é distinto e acho que será pela distância percorrida, portanto digo eu, é uma medida que implica mais custos, mais gastos para o Município, mas Senhor Presidente, esclareça-nos por favor. Por maioria de razão, esta proposta também não prossegue a sustentabilidade que já aqui foi falada, aliás, pela Senhora Deputada Iola, fim que deveria perpassar, se me permitem, qualquer política adotada por qualquer dirigente no nosso planeta. É maior a distância percorrida por estes alunos, com recurso a transporte e gasto de combustíveis fósseis e respetivas emissões. E, por último, se calhar mais importante aqui para o município, quero trazer esta reflexão. Esta medida pode muito bem conduzir a um esvaziamento, há um risco sério de esvaziamento da escola EB 2/3 da Pampilhosa, que reitero, é uma boa infraestrutura, ainda que mereça ali alguma reforma. Esteve sempre no topo dos rankings, há pouco contava com mais de 600 alunos e Senhor Presidente, agora sei que conta com pouco mais do que 300 alunos. Corremos pois o sério risco de que uma infraestrutura que foi criada para dar a resposta neste particular ao Sul do Concelho ser subutilizada e em breve esta migração implicar um défice de recursos de resposta também por parte das escolas da escola da Mealhada e, atenção, bem sei que o problema não está sobretudo nos alunos de Barcouço que frequentam o pré-escolar e Escola Básica em Barcouço, mas depois muitas vezes migram no segundo e no terceiro ciclo para Coimbra, bem sei que o problema não estará aí, mas seguramente nas outras localidades se poderá verificar esse mesmo problema e, portanto, também essa questão de Barcouço poderá merecer a nossa reflexão mais tarde. Por conseguinte Senhor Presidente, permita nos perguntar quais os interesses que presidiram a esta proposta apresentada. E na verdade, no fundo qual a política de educação que, com esta proposta, vislumbra para o nosso Município. E já agora, aproveito o ensejo para continuar aqui um bocadinho o discurso veiculado pelo Senhor Deputado Frederico, também para transmitir o espanto e o descontentamento manifestado por muitos encarregados de educação quanto ao limite mínimo do carregamento do cartão para as refeições escolares, justamente na plataforma SIGA. É que até ao ano letivo passado, pelo menos lá está a partir do 5.º ano, portanto do 2.º ciclo, com exceção do ensino básico, os encarregados de educação conseguiam comodamente carregar o cartão, marcar/desmarcar almoços na plataforma SIGA, com o limite mínimo de 10 euros, salvo erro. Sucede que este ano letivo, para nosso grande espanto, o limite mínimo de carregamento são 30 euros. Bem sabemos que há possibilidade de carregar, isto foi informado pela Associação de Pais dos encarregados de educação, podemos carregar com 5 euros, salvo erro, no Payshop, mas isso implica uma deslocação física a uma loja física e, portanto, sendo objetivo de todo este processo a desmaterialização e a digitalização, não faz sentido estar a obrigar a ir a uma loja física, portanto, ser esta a solução regra. E o que é que significa a exigência deste limite mínimo? Significa que agregados familiares que tenham dois ou três filhos a estudar no Município, no início do mês tenham de avançar, pelo menos, com 60, se tiverem 1 – 30 euros, 2 - 60 euros, 3 - 90 euros, e portanto, ou mais e considerando

que estamos num cenário de crise, de inflação, subida da taxa de juro, subida de preços ainda que com a política zero quanto ao cabaz, julgamos salvo melhor opinião que esta exigência de carregamento de um valor tão elevado pode implicar um esforço muito elevado para as famílias. Esta preocupação foi manifestada reitero por encarregados de educação e, portanto, queria questionar aqui o Senhor Presidente, a razão de ser deste aumento limite. Calculo que esteja relacionado com a questão da dívida, mas eu também aí queria chamar a atenção ao Senhor Presidente para uma necessidade de haver alguma articulação entre ação social e educação. Muitas das vezes temos famílias funcionais, famílias com graves dificuldades e temos de estar atentos aos tais alunos que vão para o fim da fila ou que ouvem o seu cartão permanentemente a fazer PI porque não têm saldo para pagar a refeição. E, portanto, Senhor Presidente, se me permita, eu vou dar aqui só uma sugestão para haver essa articulação, até eventualmente com a CPCJ, para identificarem essas famílias e para não fazerem passar alguns alunos por esse estigma, por esse episódio, portanto, essa é uma mera sugestão. Grata pela atenção e antecipadamente grata, Senhor Presidente, pelos esclarecimentos, muito obrigada." (inicio: após 53 minutos; fim: após 01 hora e 03 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por manifestar estranheza com a forma como forma expostos os problemas que aconteceram no início do ano escolar pois, que tenha conhecimento, nenhuma criança foi impedida de almoçar ou ficou sem almoço. Referiu que a plataforma eletrónica enviou mensagens automáticas para os encarregados de educação por lapso, mas que tal erro foi de imediato retificado pelos Serviços, tendo ainda informado os pais dessa correção. Quanto ao email enviado, o qual referia restrição por dívida que teria de ser regularizada, assinalou que é um procedimento normal e recorrente os pais serem informados que existem dividas de anos transatos, e que não tendo condições para efetuar essa regularização teriam de se deslocar à Ação Social ou à Câmara Municipal, como aconteceu com a maior parte dessas pessoas, e às quais está ser autorizado não só o pagamento em prestações como até a anulação das taxas de falta de pagamento dentro dos prazos, havendo instruções claras para Ação Social analisar caso a caso, e dar as respostas necessárias. Quanto aos pais contatados no dia de abertura das aulas para se dirigirem à Câmara Municipal, tal deveu-se a que os mesmos não tinham conhecimento por algum motivo sobre o funcionamento do cartão pré-pago, salientando que considera uma mais-valia o facto de os pais poderem efetuar esse pagamento praticamente em casa e não terem de se deslocar à Câmara Municipal para o fazer. Acrescentou que muitas pessoas não estavam habituadas e outras não tiveram conhecimento, embora o método de funcionamento fosse claramente difundido, e portanto existiram imprevistos e os pais acorreram para aderir ao cartão pré-pago no próprio dia e criaram-se alguns constrangimentos de capacidade da própria plataforma em dar resposta, tendo sido sempre dadas instruções aos nossos funcionários para que ninguém ficasse sem almoço, e os próprios funcionários dessa área acompanharam e andaram pelas escolas e ajudaram no necessário, vincando

novamente que nenhuma criança ficou sem almoçar. Em relação à obra em curso de limpeza do Rio Cértima e Ribeira da Vacariça, informou que existe um projeto que foi já apresentado e se pretende levar a cabo e que abrange todo o Rio Cértima e no qual está envolvida também a Câmara Municipal de Anadia, com o fito não só da limpeza em si mas também de que haja vida, com percursos pedestres entre Pampilhosa e Cúria, sendo que o processo em curso atualmente está a decorrer na Ribeira da Vacariça, por forma a minimizar o problemas das inundações que ocorriam em certas zonas. Quanto ao novo Pólo de Saúde de Vacariça, referiu que o mesmo advém da Transferência de Competências na área da Saúde e das exigências que se pretendem ver cumpridas nesse âmbito. Sobre o levantamento do estado das estradas devido à obra da concordância, o mesmo foi solicitado, tendo respondido a entidade que tal já tinha sido entregue à Câmara Municipal de Mealhada, no entanto nada consta no sistema documental e portanto está a aguardar-se reenvio da informação. Relativamente aos arranjos nos jardins-de-infância referiu que efetivamente estão a ocorrer, tendo sido dada prioridade aqueles em que ocorreu aumento de turmas, como em Barcouço ou na EB/1 de Casal Comba, e assim criar melhores condições para os alunos. Quanto ao encerramento do apeadeiro do Pêgo vincou que tem informação contrária dada pelo Senhor Carlos Fernandes – Vice - Presidente do IP, ou seja, de que nenhum apeadeiro que estava em funcionamento antes das obras iria encerrar no fim das mesmas, e também aguarda essa confirmação por escrito. Com respeito às políticas de educação e às escolas de referência e transportes gratuitos, informou que havia o compromisso de criar gratuitidade dos passes escolares na Mealhada, sem existir diferenciação entre escolas, porque entende que os pais devem poder escolher em função do trabalho ou das condições que têm e que permitam dar melhor resposta para os seus filhos e assim colocar os educandos em qualquer escola, sem que para isso tenham de pagar transporte. Quanto ao valor do carregamento do cartão pré-pago, assinalou que na plataforma *Siga* o valor mínimo é 30 euros mas que em qualquer Payshop do Concelho podem carregar o valor mínimo de 5 euros, sem terem de se deslocar à Câmara Municipal, o que é uma grande vantagem e uma resposta a um pedido de grande parte dos encarregados de educação. Terminou reforçando que os encarregados de educação que têm dívidas foram avisados atempadamente, podendo deslocar-se à Ação Social e pedir apoio, sendo analisado caso a caso e atribuído, se enquadrado nas normas e regulamento existente, podendo também solicitar pagamento em prestações dos valores em atraso, estando a ser dispensadas do pagamento das taxas de falta de pagamento dentro dos prazos. (inicio: após 01 hora e 03 minutos; fim: após 1 hora e 29 minutos) ----------

5) A Senhora Deputada Municipal Iola Baptista, no uso da palavra, deu nota que no seguimento da nota introdutória do Senhor Presidente da Mesa tinha preparado a presente intervenção para abordar no ponto 3 da Ordem de Trabalhos, mas estando o assunto a ser tratado entende ser momento oportuno para intervir. Se seguida teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Sr. Presidente da Assembleia Municipal, Sr. Presidente da Câmara, Srs.*

Vereadores, Srs. Presidentes de Junta, Srs. Deputados Municipais, minhas Senhoras e meus Senhores, estimados munícipes, aqui presentes, e que nos seguem on-line em suas casas. ----------

Passou uma semana do arranque do ano letivo e como quase sempre, os primeiros dias são de alguma confusão. Este ano não foi exceção. ----------

A nossa bancada tinha uma intervenção acerca deste tema para apresentar no terceiro ponto da ordem de trabalhos, contudo parece-nos oportuno intervir já. -------

Foi apresentado pelo Município uma nova modalidade de pagamento/contratação de serviço de refeições e transporte, o cartão pré-pago. ----------

Toda a informação do seu funcionamento foi atempadamente divulgada e enviada por email para os encarregados de educação, contudo nem todos a "escutaram" devidamente. ----------

Infelizmente nestes casos da Educação, quem acaba por sofrer sempre as consequências são as nossas crianças e jovens, e na sexta-feira passada a confusão foi grande porque as mensagens não são bem passadas entre os intervenientes, e muitas vezes as pessoas colocam-se do lado dos problemas e não do lado das soluções. ----------

Em suma, o sector da Educação, como até então esteve desde o primeiro minuto ao dispor, resolveu tudo o que estava ao seu alcance, garantiu que nenhuma criança ficasse sem almoço e, mais importante, encetou todos os esforços para resolver as inscrições pendentes e solucionar acessos e faltas de informação, para que na segunda-feira as crianças pudessem tranquilamente beneficiar da sua refeição. -----

O nosso reconhecimento ao sector da Educação, pelo empenho e dedicação. -------

Fica aqui uma questão implícita por resolver – as dívidas de vários encarregados de educação de anos anteriores aos serviços contratados junto do Município. ----------

Regra geral, quando contratamos um serviço e não cumprimos com o pagamento, o serviço é cortado/cancelado e o fornecedor, pelo menos, não vê o valor da dívida aumentar. ----------

Neste caso, cancelar o serviço por falta de pagamento, significaria deixar crianças sem almoço, e isso é algo inconcebível e contra os princípios básicos da defesa das crianças. ----------

Existe, portanto, um problema potencial, cuja solução urge encontrar, para que as dívidas existentes, por parte de alguns encarregados de educação, possam ter uma forma de resolução antes de passarem a ser um maior problema que no limite poderia comportar maiores preocupações aos encarregados de educação em causa, caso tivesse, por exemplo, o Município de equacionar acionar meios legais previstos e obrigatórios por lei. ----------

O que é certamente muito urgente e prudente é rever as normas de funcionamento do fornecimento de almoço aos alunos, e nomeadamente prever outro tipo de medidas no caso de falta de pagamentos. ----------

Porque, um dia, o Município pode ver-se legalmente obrigado a mandar executar estas dívidas e, depois, vamos ter casos bastante delicados quando as famílias virem o salário penhorado. ----------

É importante, e urgente, a intervenção dos Serviços Sociais do Município para avaliar cada caso, identificando os que são efetivamente casos sociais, para que se diligencie em conformidade, quer na defesa do erário público, das regras básicas de cidadania, da aplicação dos regulamentos e da Lei, quer no apoio efetivo aos agregados carenciados, tendo por base os superiores interesses das crianças. ------ *Outro aspeto prático relacionado com o funcionamento do cartão pré-pago, prende-se com o valor mínimo de carregamento. Todos sabemos que num Agente Payshop o carregamento mínimo é de €5,00, contudo por vezes não é viável em tempo útil ir fisicamente fazer esse carregamento. A sugestão passa por aplicar uma taxa (a mínima possível) que permita carregar o cartão com o valor que o encarregado de educação entender e for capaz."* (inicio: após 01 hora e 29 minutos; fim: após 01 hora e 34 minutos) ----------

6) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por sublinhar que o encarregado de educação que citou na sua intervenção anterior recebeu mensagem que tinha até dia 20 para efetuar pagamento e no dia 14 recebeu email a informar que estava em incumprimento, sobre exatamente a mesma dívida. Esclareceu que não afirmara que as crianças ficaram sem comer mas sim que são usadas como jogo de arremesso pois no email consta que "*se não regularizar o seu educando não poderá usufruir*". Questionou depois se foi ou não um funcionário municipal que contactou alguns pais a dizer que tinham de ir buscar os seus educandos e portanto sendo o Senhor Presidente da Câmara responsável por todos, teria de assumir essa responsabilidade e fazer *mea* culpa nesta situação. (inicio: após 01 hora e 34 minutos; fim: após 01 hora e 36 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que iniciou por reforçar que nenhuma criança ficou sem almoço e que, tal como a Senhora Deputada Iola Baptista referiu na sua intervenção, o arranque do ano letivo correu muito melhor que nos outros anos e os pais e crianças estão muito melhor. (início: após 01 hora e 37 minutos; fim: após 01 hora e 37 minutos) ----------

Não havendo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa iniciou o **PERÍODO DA ORDEM DO DIA**: ----------

1) VOTAÇÃO DA ATA N.º 13: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, e não havendo inscrições colocou o mesmo à votação, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a referida Ata n.º 13. (início: após 01 hora e 37 minutos; fim: após 01 hora e 38 minutos) ----------

Os Senhores Deputados Municipais: Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Susana Catarina Simões de Almeida, Ana Sofia da Costa Lousado, João Miguel Leite Martins Silva e Claudemiro Manuel de Jesus Semedo não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 13. ----------

2) VOTAÇÃO DA ATA N.º 14: ----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir sobre o assunto, tendo pedido a palavra a Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, que no uso

da palavra, solicitou correções na Ata em apreço. (início: após 01 horas e 38 minutos; fim: após 01 hora e 40 minutos) ----------

Posteriormente, e efetuadas as correções solicitadas, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação a Ata n.º 14, tendo sido deliberado, por unanimidade, aprovar a mesma. ----------

Os Senhores Deputados Municipais: João Miguel Leite Martins Silva, Carlos Manuel Salvador Veloso e Claudemiro Manuel de Jesus Semedo não participaram da votação por não terem estado presentes na Sessão da qual resultou a aludida Ata n.º 14. (início: após 01 hora e 40 minutos; fim: após 01 hora e 41 minuto) ----------

3) INFORMAÇÃO DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL, NOS TERMOS DA ALÍNEA C), DO N.º 2, DO ARTIGO 25.º, DA LEI N.º 75/2013, DE 12 DE FEVEREIRO: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para dar nota do novo *layout* do documento no qual consta a Informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, nos termos da alínea c), do n.º 2, do artigo 25.º, da Lei n.º 75/2013, de 12 de fevereiro, o qual permite uma melhor consulta e acompanhamento do funcionamento e atividades da Câmara Municipal, dando de seguida a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que referiu o esforço em melhorar, enaltecendo o trabalho dos funcionários nesse sentido. (início: após 01 hora e 41 minutos; fim: após 01 hora e 42 minuto) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Frederico Santos, Pedro Semedo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga e João Louceiro. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por congratular o executivo, por agora apresentar um documento com uma forma muito cuidada, coerente e para todos os setores e serviços, sendo esta uma reivindicação, não só, mas também da bancada do PS. Contudo entende que é possível melhorar, e tendo encontrado algumas lacunas, sugeriu que: no setor da Cultura, não há qualquer informação sobre obras adquiridas e julga que é um indicador que faz falta; no Gabinete de Veterinária é dado uma ênfase cuidada e elaborada à quantidade nominal de animais vacinados registados, recolhidos, mas seria mais importante se existissem rácios para perceber qual é a quantidade de animais vacinados relativamente à quantidade de animais que existem registados no município para percebermos se há défice ou não de vacinação e conhecer a evolução de animais no Concelho; os mapas e listagens dos sectores e serviços resumem-se maioritariamente a atividades realizadas, não existindo uma conexão com aquilo que são objetivos estratégicos, atividades previstas e metas de evolução. Terminou questionando acerca do estado da ação movida pelo Município contra a Sociedade Central de Cervejas e Bebidas. (início: após 01 hora e 43 minutos; fim: após 01 hora e 45 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por dar nota que os elementos da bancada que integra manifestam-se agradados com as

novidades no que respeita à apresentação dos documentos através do qual se apresenta a informação do Senhor Presidente da Câmara Municipal, quer na estrutura formal, que o torna mais legível, na paginação, na informação detalhada com métricas, a partir das quais se podem estabelecer comparações mais eficientemente, no entanto corrobora aquilo que foi dito na intervenção anterior, em que se pode melhorar na parte estatística. Seguiu referindo-se à recolha de resíduos, uma função absolutamente fundamental de uma Câmara Municipal, sendo que não está muito satisfeito com a forma como esta tem vindo a ser executada no Concelho. Distinguiu que existem duas situações diferentes: sistema Porta-a-Porta, que tem um problema de génese, e do qual se está refém, e que até agora as melhorias não têm sido muitas, e o sistema de recolha dos contentores seletivos, a qual não é muito satisfatória e do qual já outros concelhos servidos pela mesma empresa se manifestaram nesse sentido, com uma eficiência de serviço muito aquém do desejado. Continuou referindo que a empresa que presta o serviço de recolha não está a ser bem gerida, ou pelo menos não consegue servir naquilo que é a sua função fundamental, e portanto a Câmara Municipal tem de tomar uma posição. Existe também uma questão prática, pois apesar destas queixas, foram instalados mais pontos de recolha de resíduos, contudo mantém-se o problema na configuração dos contentores, que só servem para colocar poucos resíduos e torna-se difícil descartar por exemplo o papelão rijo, e ao contrário do dito há uns anos existe outra solução, como verificou numa cidade europeia que visitou e noutros locais não servidos pela ERSUC. Acrescentou julgar que se deveria rever a relação com a empresa, pois esta é uma situação que tem de mudar, porque se os serviços básicos falham, a política autárquica não pode ser apresentada como uma boa política. (início: após 01 hora e 45 minutos; fim: após 01 hora e 56 minutos) ----------

3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por demonstrar o seu agrado, assim como o do Movimento Mais e Melhor, pela informação que é prestada à Assembleia Municipal pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal. A exemplo de outras bancadas, nomeadamente a Senhora Deputada Municipal Sofia Lousado, foi dado o mote de arranque para a alteração efetuada, elogiando de seguida a informação prestada pela primeira vez pela Divisão de obras particulares, informação essa que o Movimento Mais e Melhor já tinha solicitado, e a qual permitirá aferir a evolução, ou não, que essa Divisão tem exibido, sendo a mesma, na opinião pública, o calcanhar de Aquiles da Câmara Municipal, devido à lentidão que sempre apresentou. Enalteceu depois o detalhe apresentado, que convém analisar, esperando que de futuro todos os *inputs* que vão sendo dados sejam considerados, e que tendo decorrido dois anos da eleição de 2021, julga que o Município, assim como a própria Assembleia Municipal, ficou a ganhar porque nunca existiu tanta participação cívica dos Deputados Municipais, de todas as bancadas, e que é bom para a democracia e para todos aprenderem que ninguém faz tudo bem e que dois anos é muito pouco tempo para fazer o que tem de ser feito. Terminou questionando, tendo em conta o estado da rede viária do Concelho e a necessidade urgente de intervenção na mesma, quanto é que já foi

gasto na requalificação da rede viária e quanto está previsto gastar para os próximos dois anos. (início: após 01 hora e 56 minutos; fim: após 02 horas) ----------
4) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por dar nota que, apesar do alerta do Senhor Presidente da Mesa, continuam a existir intervenções no período antes da ordem do dia que, salvo melhor opinião, deveriam ocorrer neste ponto. Registou de seguida a melhor organização e coerência gráfica, as quais facilitam a leitura, da informação que é remetida à Assembleia Municipal. Seguiu questionando, considerando a interposição de providência cautelar sobre o aumento das tarifas de recolha de resíduos decidido pela ERSUC e a realização de uma auditoria ao cumprimento do contrato com as Câmaras Municipais associadas, quais os desenvolvimentos da mesma e se a dita auditoria já se iniciou. Considerando de seguida as obras da Linha de Concordância e do pedido efetuado pela Câmara Municipal junto da I.P. de levantamento sobre o estado das estradas e casas afetadas pela citada obra, apelou para que, não tendo ainda tal documento sido entregue, se insista na obtenção de tal levantamento para que no fim dos trabalhos se imputem responsabilidades a quem de direito. Referiu de seguida que a Câmara Municipal continua a optar por não esclarecer a população sobre as razões da não entrada em funcionamento do Mercado Municipal de Mealhada, e tendo já suscitado a questão em sessões anteriores, insistia num esclarecimento. Questionou depois sobre o aterro colocado na entrada do Cardal; perguntou se já chegou o veículo para a recolha Porta-a-Porta; indagou sobre o ponto da situação relativamente à deslocação da Biblioteca da Pampilhosa para as Instalações do Mercado Municipal. Seguiu, referindo a elaboração do projeto de execução de reabilitação de pavimentos na Pampilhosa, vincando a necessidade de salvaguardar a segurança dos peões, dando o exemplo da Rua do Freixo - fazendo declaração de interesses pois é morador na mesma - a qual não tem passeios e é relativamente estreita, sendo uma reta que "*convida*" à aceleração, havendo ainda uma lomba de plástico mas o que se verifica é excessos de velocidade na via, avisando também sobre o cruzamento para a Filarmónica Pampilhosense para a parte baixa da Pampilhosa, sugerindo que fosse avaliada a implantação de uma zona elevada, não com lombas sonoras de plástico que causam incómodos mas algo semelhante à estrutura que existe na estrada Luso e funcionasse como imposição de limite na velocidade, contribuindo igualmente para valorizar a área envolvente. Questionou se já está em funcionamento o sistema de esterilização nas bicas da Fonte de São João; indagou, considerando a situação financeira reportada e em especial as despesas de capital, se não existem motivos de preocupação quanto ao atraso e insuficiência de investimento do Município; perguntou sobre a olaia centenária que fica no Largo da Capela de Santana e necessita de intervenção urgente, assunto já levantado em sessões anteriores; questionou ainda se a Câmara Municipal tem algum plano de combate à multiplicação da erva das pampas, uma espécie invasora que ameaça a biodiversidade pois tem uma capacidade de propagação brutal. Finalizou perguntando quanto à questão da alta velocidade, se existe informação subsequente ao processo de consulta que foi encerrado em agosto e possibilidade de conhecer

os resultados da mesma, dando nota do compromisso assumido pelo eleito do PCP, que participou na consulta, contestando, como foi entendimento comum, a possibilidade de opção pelo eixo 5 e defendendo o eixo 4 como solução manifesta e evidentemente mais adequada. (início: após 02 horas; fim: após 02 horas e 14 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, iniciou por referir, quanto à questão dos resíduos, que a recolha seletiva é da responsabilidade da ERSUC, no entanto, está dividida em dois projetos, sendo que nos contentores normais não está a funcionar devidamente, com problemas devido à ineficiência e dificuldade da própria ERSUC em dar a resposta necessária, e por esse facto, é entendimento que o contrato não está a ser cumprido e houve intervenção dos próprios Municípios que pertencem à área de intervenção da empresa, solicitando explicações e elaboração de auditoria no sentido de verificar o cumprimento, ou não, do dito contrato. Continuou esclarecendo que o outro projeto é o da recolha Porta-a-Porta, igualmente responsabilidade da ERSUC mas que devido a ser projeto financiado pelo POSEUR foi assumido pela Câmara Municipal de Mealhada, estando a funcionar com bastantes dificuldades e com um grande investimento de todos os munícipes porque é um serviço que fica extremamente caro, atualmente e no futuro, e para atingir metas que a própria ERSUC devia atingir e não consegue. Contudo apelou a que as pessoas não desistam de fazer a seleção dos lixos, estando a ser desenvolvidos também projetos na área da compostagem, confirmando de seguida que a viatura de recolha Porta-a-Porta já chegou, estando em planeamento datas e formas de recolha programadas, de forma a criar esse hábito nos munícipes. Informou também que existiram reuniões com a ERSUC no sentido de participar na recolha Porta-a-Porta pois já o fazem na vertente da restauração e vidro, e até para tornar o processo mais célere e menos dispendioso, vincando que já efetuam esse trabalho no Concelho de Coimbra portanto podem fazer o mesmo no Concelho de Mealhada. Relativamente à informação prestada e nomeadamente sobre a Divisão de obras particulares, referiu que foram alteradas dinâmicas na mesma e com o empenho dos funcionários tem havido bastantes melhorias. De seguida afirmou e reconheceu que existem muitos problemas na rede viária, vincando o que tem sido feito, tendo em dois anos de mandato investido praticamente o dobro que nos oito anos anteriores, existindo ainda muito a fazer e não só nesta área, porque todos querem melhores estradas, passeios, edifícios, condições e está a trabalhar-se nesse sentido. Informou que foi interposta uma providência cautelar contra a ERSAR relativa ao aumento das tarifas, as quais se consideram excessivas; reafirmou, sobre o estado das estradas devido à obra da concordância, que o levantamento do estado das vias já foi pedido e aguarda resposta; sobre o Mercado Municipal de Mealhada transmitiu que ocorreu a hasta pública na semana passada, tendo sido atribuídas 4 lojas e estando em fase de preparação nova hasta pública incluindo as bancas interiores, dando ainda nota que existem problemas na obra, a qual não está totalmente rececionada mas que existe a vontade de abrir. Quanto ao aterro do Cardal,

comunicou que o mesmo já foi removido; quanto à biblioteca da Pampilhosa, está a decorrer a mudança de instalações; em relação à Rua do Freixo não está prevista nenhuma obra, acrescentando que está a aguardar o início de funções do arquiteto paisagista para intervencionar um conjunto de pracetas de forma a diminuir a velocidade nesses locais. Relativamente ao projeto de esterilização nas bicas da Fonte de São João, o mesmo já deveria ter sido entregue e já foi comunicado à empresa que ou entregam ou haverá coimas previstas no contrato, havendo garantia que até ao final de Setembro entregariam o projeto para depois ser lançado o concurso. No que concerne aos valores do investimento, na execução, confirmou que ronda os vinte e cinco por cento, porque esteve a ser efetuado muito projeto que agora está a ser concretizado, existindo também fatores alheios como serviços externos e emissão de pareceres que não são tão céleres como deveriam. Sobre a olaia centenária, comunicou que os técnicos já de deslocaram ao local mas tinham algumas dúvidas, que não puderam ser respondidas de imediato pois não havia engenheiro florestal, falta essa entretanto suprida mas ainda sem decisão sobre a dita árvore. Em referência às pampas inteirou que já ocorreram algumas intervenções com o apoio da Escola Agrária, e é uma problemática que está identificada e a ser combatida. Encerrou dizendo quanto à Linha de Alta Velocidade que a APA está debruçada sobre o troço de Coimbra e brevemente fará a análise da região na qual se insere a Mealhada, não havendo ainda decisão sobre qual troço será escolhido mas acreditando que será o Troço 4. (início: após 02 horas e 14 minutos; fim: após 02 horas e 37 minutos) ----------

4) ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS PORTUGUESES (ANMP) – XXVI CONGRESSO – ELEIÇÃO DE PRESIDENTE DE JUNTA DE FREGUESIA EFETIVO E SUBSTITUTO:----------

O Senhor Presidente da Mesa solicitou a entrega de listas para a eleição do Presidente da Junta efetivo e seu substituto, como representantes da Assembleia Municipal no XXV Congresso da ANMP, para posterior votação. ----------

Foi apresentada à Mesa pelo Senhor Deputado Municipal André Melo a lista pelo Movimento Independente Mais e Melhor, que a seguir se transcreve: ----------

"*O grupo municipal do Movimento Independente Mais e Melhor propõe à participação no XXVI Congresso da ANMP o sr. Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba, sr. Nuno Veiga e como seu substituto o sr. Presidente da Junta de Freguesia da Pampilhosa, sr. Mário Gaspar.* ----------

Assinatura" (inicio 02 horas e 39 minutos; fim após: 02 horas e 39 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra ao Senhor Deputado Municipal João Silva, que no uso da mesma, apresentou oralmente à Mesa a lista pelo PS, constituída pelo Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso Claudemiro Semedo e como substituto o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira. (inicio 02 horas e 39 minutos; fim após: 02 horas e 39 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa referiu que a primeira lista apresentada seria designada pela letra A e a segunda lista pela letra B e colocou as mesmas a votação.

Após votação por escrutínio secreto, nos termos do artigo 55º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, votaram a favor da Lista A, doze Deputados Municipais e da Lista B, oito votos a favor. Votaram em branco cinco Deputados Municipais. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (inicio 02 horas e 40 minutos; fim após: 02 horas e 51 minutos) ----------

5) LISTAGEM DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa questionou se alguém queria intervir, tendo-se inscrito o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, a quem foi dada a palavra, e que no uso da mesma, iniciou por assinalar que depois de uma quebra, regressam em força as prestações de serviços na modalidade de avença, e há situações em que é inverosímil que possam ser verdadeiras prestações de serviço, remetendo para o artigo 12.º do Código do Trabalho e da presunção de contratos de trabalho, referindo que a utilização das prestações de serviço surgem como forma de contornar os constrangimentos e dificuldades, designadamente a morosidade, que as más regras da contratação pública provocam. Vincou que das 20 prestações de serviço, 14 são para técnicos das AEC, sendo que no passado o Município de Mealhada tinha, e bem, uma baixa utilização deste tipo de contratação para dinamização das AEC, questionando o porquê desta opção. Assinalou que no mapa de pessoal, a analisar em ponto seguinte, são indicados 35 postos de trabalho a prover, eventualmente para absorver as prestações de serviço enunciadas, o que a acontecer é um estratagema para contornar as aludidas dificuldades com a contratação e do qual poderão resultar entorses no acesso ao emprego Público, para além do incumprimento da Lei. Terminou destacando que, a verificar-se tal situação, o mapa de pessoal acaba por não traduzir de forma fiel aquilo que é o conjunto de trabalhadores que a autarquia detém. (início: após 02 horas e 52 minutos; fim: após 02 horas e 55 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que no uso da mesma elucidou que, em relação às AEC, existiu dificuldade na contratação de professores e teve de se recorrer a esse expediente. Referiu saber que é trabalho precário e a intenção é conceber um modelo que possa criar uma boa estrutura de funcionários municipais, dando nota que alguns processos de contratação estão a decorrer e assim que terminem a avença deixa de existir. (início: após 02 horas e 55 minutos; fim: após 02 horas e 57 minutos) ----------
Não havendo mais inscrições, a Assembleia Municipal tomou conhecimento da Listagem de Compromissos Plurianuais. ----------

6) PROPOSTA N.º 69/2023 – PROPOSTA DE TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS PARA AS FREGUESIAS – ATUALIZAÇÃO DE RECURSOS FINANCEIROS PARA 2024: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que a proposta surge no seguimento da delegação de competências a transferir para as Juntas de

Freguesia, realçando o esforço para aumentar a verba num valor superior à inflação, num acréscimo de 4%. Acrescentou que o objetivo é que ocorram aumentos a cada ano e em que os valores não estejam "*parados*" no tempo como acontecia no passado. (início: após 02 horas e 57 minutos; fim: após 02 horas e 59 minutos) ------
Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Pedro Semedo, João Louceiro, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso Claudemiro Semedo, Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa Mário Gaspar.
1) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por assinalar o apoio a qualquer forma de transferência de verbas para as Freguesias, desde que respeitem os princípios da equidade e proporcionalidade, assim como e sobretudo, a transparência, evitando situações casuísticas ou arbitrárias consoante o grau de maior ou menos influência dos eleitos nas Freguesias ou pior, por fidelidade partidária. Referiu de seguida que o documento apresentado respeita as premissas elencadas e a única dúvida que persistia era o efeito da inflação na degradação do valor das verbas previstas, questão já respondida na intervenção do Senhor Presidente da Câmara Municipal. (início: após 02 horas e 59 minutos; fim: após 03 horas) ----------
2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir a votação favorável por parte do PCP no ano transato neste âmbito. Lastimou de seguida o facto de não ser possível saber a posição de cada Freguesia nesta questão, dando nota que se mantêm as competência anteriormente delegadas mas continua a faltar acordo em relação às outras competências que poderiam ser delegadas, verificando a atualização dos montantes em 4%. De seguida e no seguimento do disposto na proposta, a qual lembra que a gestão e manutenção corrente de feiras e mercados é competência dos órgãos das Freguesias e do anexo no qual consta uma verba para o espaço da feira relativo à Freguesia de Barcouço, questiona se existem outras feiras no Concelho e se sim, porquê de nesses casos não haver referência a transferências de recursos para as Freguesias implicadas. (início: após 03 horas; fim: após 03 horas e 02 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, explicou que consta do documento verba para o espaço da feira relativo à Junta de Freguesia de Barcouço porque era uma competência da Câmara Municipal de Mealhada que foi delegada naquela Junta, e não sendo as outras feiras responsabilidade do Município, este não as pode delegar (início: após 03 horas e 02 minutos; fim: após 03 horas e 03 minutos) ----------
3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Vacariça Pedro Ferreira, no uso da palavra, iniciou por dizer que concordaram inicialmente com a proposta do Senhor Presidente da Câmara Municipal, também com o compromisso de ainda este ano tentar melhorar, tendo-se fixado nos 4%, valor que entende ser insuficiente porque

julga que recebe mais de um lado mas menos de outro. Continuou dizendo que espera que este não melhoramento de verbas para as Juntas de Freguesia de reflita no trabalho que a Câmara Municipal quer fazer nas Freguesias e conclusão dos projetos que estão a ser feitos, para que volvido um ano possa dizer que concorda com o aumento proposto mas que também que viu obra feita na Freguesia de Vacariça. (inicio: após 03 horas e 03 minutos; fim: após 03 horas e 05 minutos) -----

4) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por referir que nunca estamos satisfeitos com o que dão e que se quer sempre mais, contudo deu nota que os valores recebidos e, não considerando as novas delegações de competências que as Juntas de Freguesia receberam desde 2013 a 2021, nunca nenhum Presidente de Junta de Freguesia reclamou por correção das verbas, tendo inclusive o Senhor Presidente da Câmara Municipal nesse período temporal afirmado em Assembleia Municipal que nunca ninguém lhe tinha pedido aumento do que quer que fosse porque se fosse pedido tinha elevado. No caso concreto da Freguesia de Casal Comba, recebia cerca de 28 mil euros, sendo que no próximo ano a verba será de 34 mil euros, e isto só considerando aquilo que já se fazia sem a delegação de novas competências. Acrescentou que também quer mais, reiterando o pedido ao Senhor Presidente da Câmara Municipal para que se consiga atingir o número redondo de 500 mil euros neste âmbito, vincando que para além destes valores referidos, as Juntas de Freguesia recebem outro valor negociado em 2013 e também esse foi objeto de atualização no ano passado e sê-lo-á novamente este ano. Finalizou dizendo que quer sempre mais e melhor mas de facto já foi feito muito, pena foi "*andarem a dormir*" durante 8 anos. (início: após 03 horas e 05 minutos; fim: após 03 horas e 07 minutos) ----------

5) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Luso Claudemiro Semedo, no uso da palavra, iniciou por dizer que desde o ano de 2013 que o método de atribuição das verbas está indexado ao Fundo de Financiamento das Freguesias (FFF), modelo que sempre contestaram, devendo basear o cálculo tendo em conta o número de metros quadrados de jardins que cada Freguesia tem que cuidar. Seguiu dizendo que do documento ora apresentado consta uma lista extensa do conjunto de jardins que a Vila de Luso tem a seu cargo relativamente às outras Freguesias, disparidade quer no número de locais como na área total, realçando não pretender que as outras Freguesias vejam diminuídas as verbas que recebem mas não pode existir o desequilíbrio que se verifica. Acrescentou que todos pretendem que a Vila de Luso seja um destino turístico e de excelência do Concelho de Mealhada mas tal não é possível sem o empenho mais significativo da Câmara Municipal, até porque foi esta que assumiu as competências da extinta Junta de Turismo Luso-Bussaco, que tinha à data 7 funcionários diariamente e em exclusivo para a Vila de Luso. Terminou por pedir que no próximo orçamento se revejam os valores destinados à Freguesia de Luso. (início: após 03 horas e 08 minutos; fim: após 03 horas e 10 minutos) ---------

6) O Senhor Presidente da Junta da União de Freguesias de Mealhada, Ventosa do Bairro e Antes Abílio Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir que concorda que se quer sempre mais e que gostaria que o orçamento fosse o dobro mas tem de

existir consciência que efetivamente tal não é possível e que até houve um aumento nas verbas. Salientou de seguida a disponibilização por parte da Câmara Municipal de máquinas para possibilitar trabalhos ao fim de semana, assumindo a mesma todos os encargos no que toca ao pagamento do funcionário. Terminou dizendo que espera que de futuro o orçamento seja maior para possibilitar fazer mais. (início: após 03 horas e 11 minutos; fim: após 03 horas e 13 minutos) ----------

7) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Pampilhosa Mário Gaspar, no uso da palavra, iniciou por dizer que não discutia números porque também queria o dobro do que lhe estão a dar, ressalvando ainda a cláusula que refere que as condições do auto podem ser alteradas por acordo entre Junta de Freguesia e Município. Seguiu dizendo que pretendia ver alterado o que aconteceu este ano, em que um funcionário camarário que deveria estar ao serviço da Junta de Freguesia não esteve tempo nenhum, acrescentado que tem havido imensas dificuldades para admitir funcionários nos concursos para o efeito. Referiu depois que o executivo da Junta de Freguesia de Pampilhosa foi acusado de estar a fazer trabalho de responsabilidade camarária, esclarecendo e vincando que nem a Câmara Municipal trabalha para a Freguesia de Pampilhosa, nem a Freguesia de Pampilhosa trabalha para a Câmara Municipal, tendo sim de existir trabalho conjunto independentemente de ser, ou não, feito por funcionários camarários. Terminou por solicitar a reposição de pessoal da Câmara Municipal para a Junta de Freguesia de Pampilhosa, deixando voto de gratidão para o restante executivo da Junta de Freguesia de Pampilhosa, pelo esforço feito. (início: após 03 horas e 13 minutos; fim: após 03 horas e 16 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, esclareceu que não havia um funcionário camarário a trabalhar para a Junta de Freguesia, existia sim um funcionário de limpeza urbana a fazer esse serviço, tal como no Luso ou na Mealhada, e que por necessidade teve de ser recolocado no serviço Porta-a-Porta mas logo que possível regressará às funções de origem. (início: após 03 horas e 16 minutos; fim: após 03 horas e 17 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Elisa Carla de Abreu Simões, Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal:

Pedro Ricardo Fernandes Ferreira. ----------
Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 17 minutos; fim: após 03 horas e 18 minutos) ----------

7) PROPOSTA N.º 70/2023 – PROJETO DE REGULAMENTO DE ISENÇÃO DE DERRAMA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que o regulamento já deveria estar em vigor há alguns anos, dizendo depois que se mantém a isenção para lucro tributável de IRC até 150 mil euros, sendo a única novidade do regulamento, e porque a Lei o impõe, o critério de manutenção ou criação dos postos de trabalho, não pretendendo criar obstáculos às empresas e ajudando as de menor faturação. (início: após 03 horas e 18 minutos; fim: após 03 horas e 20 minutos) ----------

Ato contínuo, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Sofia Martins, João Louceiro, Carlos Pimenta, André Melo, Pedro Semedo, Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga. ----------

1) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, teve a seguinte intervenção, cuja transcrição requereu: ----------

"*Sugerimos a retirada da ordem de trabalhos do ponto 7 - Projeto de Regulamento de Isenção de Derrama para que o nosso grupo não vote contra este ponto.* ----------

A isenção proposta no artigo 8.º do Regulamento é, passo a ler, "Ficam isentas de derrama, sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC), todas as empresas, de qualquer setor de atividade, cujo volume de negócios não ultrapasse os 150.000 euros e que tenham, relativamente ao último ano económico, mantido ou criado postos de trabalho." ------

A isenção atual no concelho da Mealhada é reportada a sujeitos passivos cujo volume de negócios, no período anterior, não ultrapasse 150.000 euros. E ainda prevê a taxa reduzida de 0.75% em vez de 1.50% que agora este regulamento não contempla. ----------

Contrariamente ao indicado na nota justificativa do projeto de regulamento, não se está a implementar uma medida de apoio e incentivo ao tecido económico do concelho, antes pelo contrário, estamos a reduzir o âmbito de aplicação não utilizando verdadeiramente o potencial que a lei oferece aos municípios para a captação de investidores e incentivo a quem já cá está num momento em que deveríamos apoiar as empresas. ----------

A Lei n.º 51/2018, de 16 de agosto introduziu alterações no RFALEI (REGIME FINANCEIRO DAS AUTARQUIAS LOCAIS E ENTIDADES INTERMUNICIPAIS), que têm impacto nos poderes tributários de que os municípios dispõem, estabelecendo a alínea d) do artigo 15.º do RFALEI, na sua nova redação, que os municípios dispõem de poderes tributários relativamente a impostos e outros tributos

a cuja receita tenham direito, nomeadamente a concessão de isenções e benefícios fiscais, remetendo para o n.º 2 do artigo 16.º que, por sua vez, dispõe que "a Assembleia Municipal, mediante proposta da Câmara Municipal, aprova regulamento contendo os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios" ----------

Por conseguinte, o município pode atualmente deliberar, de entre o universo dos sujeitos passivos da derrama, a criação de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas de derrama devendo o reconhecimento de tais benefícios, à luz dos citados critérios, ter em vista a tutela de interesses públicos relevantes, com particular impacto na economia local ou regional e a sua formulação ser genérica e obedecer ao princípio da igualdade, considerando 3 âmbitos de isenção: ----------

a) Volume de negócios das empresas beneficiárias; ----------

b) Setor de atividade em que as empresas beneficiárias operem no município; -------

c) Criação de emprego no município. ----------

Aproveitamos para sugerir que se utilize em pleno o disposto na lei, mantendo a isenção do volume de negócios que no ano anterior que não ultrapassasse 150.000 euros e considerando uma nova isenção para empresas que criem postos de trabalho no município ainda que o seu volume de negócios seja superior a 150.000 euros num limite a definir no regulamento. ----------

Consideraríamos igualmente uma inovação a criação do Regulamento de Atribuição de Benefícios Fiscais do Município de Mealhada, que contenha os critérios e condições para o reconhecimento de isenções totais ou parciais, objetivas ou subjetivas, relativamente aos impostos e outros tributos próprios do Município de Mealhada. Um documento único, fácil de consultar, e que apresente todos os benefícios fiscais que o concelho oferece a munícipes e empresas que já cá estejam fixados ou que cá pretendam residir ou investir." (início: após 03 horas e 21 minutos; fim: após 03 horas e 27 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir que as isenções de derrama têm sido aprovadas anualmente, sendo que com o regulamento pretender-se-á uma fixação de isenções mais definitivo, criando um quadro de conhecimento e maior previsibilidade, embora a proposta preveja a possibilidade de alteração anual de condições e critérios para a isenção. Assinalou que em 2023 a derrama voltou a ser fixada em 0% e 0,75%, retornando portanto a prescindir-se de receita e dos apoios que a mesma poderia proporcionar, vincando que não entende que este incentivo seja argumento importante para atração de atividades de natureza comercial, industrial ou agrícola no Concelho, existindo outros fatores que pesarão mais que isso. Deu nota que o regulamento proposto não prevê taxas reduzidas, apenas a isenção total de derrama, o que implica que aos sujeitos que não se enquadrem nos critérios será aplicada a taxa máxima legal de 1,5%, acrescentando que o dito regulamento prevê igualmente isenções para empresas que tenham um volume de negócios inferior a 150 mil euros, isto sem depender do setor de atividade, ao qual se adiciona ainda o critério relativo à criação ou

manutenção de postos de trabalho, o qual não se vislumbra alcance do mesmo pois não obriga à criação de postos de trabalho e satisfaz-se com a manutenção nem que seja de um posto de trabalho, descurando, por exemplo, a qualidade de emprego, isto num Concelho com forte presença de atividades marcadas pela precariedade laboral e baixos salários. Terminou questionando como será confirmado a manutenção ou criação de emprego em cada ano económico. (início: após 03 horas e 27 minutos; fim: após 03 horas e 31 minutos) ----------

3) O Senhor Deputado Municipal Carlos Pimenta, no uso da palavra, iniciou por assinalar que pela leitura do ofício que acompanha o projeto de regulamento constata-se que o mesmo foi aprovado por unanimidade em sede de reunião de Câmara. De seguida disse ser razoável que a isenção seja apenas para sujeitos passivos ou empresas com volume de negócios inferior ou igual a 150 mil euros, porque a doutrina que preside a este tipo de isenções em sede de derrama visa essencialmente dar algum apoio às micro e pequenas empresas, as quais são o grosso do tecido empresarial do Concelho. Deu nota que a derrama incide sobre o lucro tributável das empresas, portanto se uma empresa não tiver lucro ou o mesmo for reduzido, irá pagar uma derrama proporcionalmente mais baixa, pelo que esse limite de 150 mil euros ao qual se adicionou a criação ou manutenção de postos de trabalho, está em linha com o que é aplicado na maior parte dos municípios do país, afirmando que a proposta deveria ter ido mais longe e introduzido a criação líquida de posto de trabalho e não manutenção. Terminou referindo que a isenção faz todo o sentido para o tecido empresarial do Concelho e é um estímulo bastante razoável em termos de perda de receita, num esforço do Município que deve ser realçado. (início: após 03 horas e 31 minutos; fim: após 03 horas e 36 minutos) ----------

De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para destacar a proposta para retirada do ponto da ordem de trabalhos, algo que considerava só poder ocorrer por unanimidade, sendo que por outro lado é necessário averiguar da competência da Assembleia para sugerir tal alteração, tendo em conta que a competência para elaborar regulamentos é da Câmara Municipal e não da Assembleia Municipal. (início: após 03 horas e 36 minutos; fim: após 03 horas e 37 minutos) ----------

4) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, clarificou dizendo que um regulamento de isenção que está a conceder uma isenção extraordinária às empresas, por norma, seria votado favoravelmente, até porque já está aprovado por unanimidade em reunião de Câmara, contudo a questão prende-se com a nota justificativa da apresentação do regulamento, que contém expressamente indicação que se está a apoiar o tecido económico, quando efetivamente depois o regulamento é muito mais restritivo do que alguma vez foi a nível de concessão de isenção, e inclusivamente retirando a taxa reduzida de derrama que existe há vários anos na Mealhada. Vincou que existem cerca de 100 empresas a faturar mais de um milhão de euros na Mealhada, mas praticamente todo o tecido empresarial são microempresas, as quais beneficiavam diretamente da isenção de derrama até ao volume de negócios dos 150 mil euros, mas que agora com o adicionar da palavra "*e*" manutenção e criação de postos de trabalho, podem ou não estar abrangidas.

Terminou reforçando que se o objetivo efetivamente é apoiar as empresas, então a nota justificativa não pode ser tão abrangente ou não pode ser idêntica à dos anos anteriores, porque efetivamente o regulamento é mais restritivo, mas se for afirmado de forma clara que vai deixar de existir taxa reduzida no Concelho e será restringida a isenção, tratar-se-á então de uma opção política. (início: após 03 horas e 37 minutos; fim: após 03 horas e 40 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, referiu que a intervenção anterior deu a ideia que o regulamento apresentado não vai beneficiar uma grande parte dos empresários nas taxas reduzidas e que se está a restringir a isenção, esclarecendo de seguida que a única mudança é a interpretação jurídica da Lei e critérios que a mesma impõe. Acrescentou que a Lei impõe volume de negócios para as empresas beneficiárias, considerando-se 150 mil euros e que todas operem no Município, não havendo nenhuma restrição, existindo também a obrigação da manutenção e criação de postos de trabalho, cumprindo-se assim com os normativos legais europeus para benefícios fiscais. Terminou por dizer que todas as decisões afetam sempre alguém mas esta foi a interpretação adotada perante as normas legais exigidas. (início: após 03 horas e 40 minutos; fim: após 03 horas e 43 minutos) ----------
5) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, informou que o grupo parlamentar que integra não acede à retirada da proposta da ordem de trabalhos, pois não havendo nenhum problema de forma ou legal, dever-se-ia votar favoravelmente, ou negativamente, conforme a consciência e convicções políticas de cada um, especialmente num ponto que até foi aprovado por unanimidade por todas as forças políticas presentes na Câmara Municipal. (início: após 03 horas e 43 minutos; fim: após 03 horas e 44 minutos) ----------
6) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por referir que a questão fundamental é que existe um preâmbulo que diz que se vão atribuir determinadas isenções, sendo uma política de apoio às empresas de uma forma extensiva, porém depois no articulado há um problema de conceito, que se prende com a existência de uma condição A e uma condição B e a conjugação das duas em simultâneo para a entidade estar abrangida pela isenção, e portanto se cumprir uma condição mas falhar na outra vai ser restringido o acesso à isenção. Seguiu dizendo que a questão é que entendem estar a retirar-se algo e não a dar mais, pela utilização da citada intersecção "*e*". (início: após 03 horas e 44 minutos; fim: após 03 horas e 46 minutos) ----------
7) A Senhora Deputada Municipal Sofia Martins, no uso da palavra, iniciou por referir que tendo em conta a intervenção do Senhor Deputado Municipal André Melo, o qual esclareceu que esta é uma decisão politica, ficará então registado que por decisão política no Concelho de Mealhada deixará de existir taxa reduzida de derrama. Informou de seguida do ofício circular 20250, de 31/01/2023, das Finanças, o qual identifica as derramas municipais aplicáveis em Portugal ao exercício de 2022 e em que se verifica que em muitos Concelhos já está aplicado regulamento semelhante ao apresentado e todos eles têm utilizado este mecanismo para diferenciar o tipo de

isenção: mantendo taxas reduzidas, mantendo isenções específicas para criação de postos de trabalho e para determinados setores de atividade estratégicos e também para determinados contribuintes, e portanto não considera imperativo que todos os âmbitos da isenção tenham a intersecção "*e*", tal como acontece em vários Municípios, não estando por isso em incumprimento legal, mas percebe ser uma decisão política. (início: após 03 horas e 47 minutos; fim: após 03 horas e 48 minutos)
8) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por referir que em 2021 efetuou um levantamento sobre os impostos/derrama que a Zona Industrial de Pedrulha trazia para o Concelho de Mealhada, no sentido de perceber em qual tipologia se deveria apostar mais. Seguiu dizendo que o importante é perceber qual é a receita do Município de Mealhada com a derrama, acrescentando que é improvável que uma empresa que tenha um volume de negócios de 150 mil euros tenha lucro que aplicado à taxa reduzida, ou até à máxima, seja significativo em termos de imposto para a empresa, assinalando que o Município de Mealhada sempre teve uma baixa taxa de impostos mas depois, como se verificou no ponto anterior, reclama-se por mais dinheiro. Questionou retoricamente quantas empresas terão volume de negócios de 150 mil euros e quantas das que vão ter lucro irão pagar imposto, respondendo que a Câmara Municipal teve uma coleta de derrama na ordem dos 60 mil euros e isto concentrado em 2 ou 3 empresas, e portanto, de forma pragmática, uma empresa com 150 mil euros de volume de negócios ou tem prejuízo ou lucro de 1000/2000 euros. (início: após 03 horas e 49 minutos; fim: após 03 horas e 52 minutos) ----------
De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, vincou que não se trata de decisão politica no sentido de prejudicar os pequenos empresários, tratando-se sim de uma interpretação jurídica das normas a aplicar, as quais citou, tendo sustentado decisão em pareceres e opiniões jurídicas. Terminou dizendo que não aceita a afirmação de que tal alteração é efetuada simplesmente para obter mais benefícios financeiros. (início: após 03 horas e 52 minutos; fim: após 03 horas e 55 minutos) ----------
De seguida usou da palavra o Senhor Presidente da Mesa para referir que o documento só pode ser chumbado ou aprovado, e portanto o sugerido está no âmbito da Câmara Municipal. (início: após 03 horas e 56 minutos; fim: após 03 horas e 57 minutos) ----------
Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, João Miguel Leite Martins Silva, Elisa Carla de Abreu Simões, Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa

Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e quatro votos contra dos Senhores Deputados Municipais João Manuel Ferreira Louzado, Sofia Margarida Alves Martins, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e Iola Marina Gaspar Baptista, e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 03 horas e 57 minutos; fim: após 03 horas e 58 minutos) ----------

8) PROPOSTA N.º 72/2023 – DESCENTRALIZAÇÃO DE COMPETÊNCIAS NA ÁREA DA SAÚDE: ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: João Louceiro, Pedro Semedo e Sofia Lousado. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por referir que o Serviço Nacional de Saúde, conquista de Abril e direito constituído, levou os cuidados de saúde a todo o país e a toda a população, com os quais foram alcançadas profundas alterações nas condições de vida em Portugal. No entanto, o Serviço Nacional de Saúde passou a ser alvo de ataque que se desenvolveu a partir da diabolização da intervenção do Estado na vida coletiva e que chegou às funções sociais do mesmo, fruto do comprometimento dos sucessivos governos com interesses de grupos económicos e que conduziram a uma desvalorização dos trabalhadores, esvaziando unidades de saúde e dificultando a prestação de cuidados, abrindo assim as portas ao negócio privado. Seguiu dizendo que o citado ataque conta ainda com as diretrizes da União Europeia, a quem o Governo se submete, e onde a saúde, ao invés de gratuita, surge como área mercantil ou a pressão constante para a redução da despesa pública com as imposições ao nível do défice e da dívida, valores supremos que se sobrepõe aos da saúde e restantes direitos económicos, sociais e culturais. Acrescentou que o Governo introduz uma visão cada vez mais empresarial, com restrições crescentes e fragilização dos direitos dos trabalhadores e que aposta na municipalização e outras formas de desresponsabilização e transferência de ineficiências, aprofundando um caminho que conduz à situação em que um milhão e seiscentos mil que trabalham e vivem no país não têm médico de família e a restante população têm de suportar diretamente as despesas de saúde, com um número crescente que não acede a cuidados porque os salários e pensões não o permitem. Vincou que este Governo é dos que menos investe na saúde por habitante, com a agravante de quase metade do orçamento para a saúde em 2023 ir parar nos grandes grupos do setor privado, sendo sintomático que, mesmo debaixo desta ofensiva, o Serviço Nacional de Saúde continua a ser fonte de progresso social, continua a ser resposta que não vira as costas à população, e que só é possível pela ligação dos profissionais de saúde aos seus utentes e pela apropriação coletiva que o povo faz desta conquista, deste direito à saúde que é adquirido e não pode ser subordinado à lógica do lucro. Afirmou ser possível e urgente defender o Sistema Nacional de Saúde, tendo apenas apontado

problemas reais que afrontam a concretização do direito constitucional à saúde, sendo que a descentralização de competências não visa a resolução dos graves problemas acumulados pelas opções políticas que continuam a ser seguidas, mas antes um caminho de desresponsabilização e transferência para as autarquias de problemas acumulados, falta de meios e insatisfação. Registou, a seu tempo, as palavras de discordância, preocupação e insatisfação do Senhor Presidente da Câmara relativamente a este processo, o qual tem carácter impositivo e autocrático promovido pelo PS, com o apoio da direita, nesta e noutras áreas sensíveis de direitos que têm de ser universais, salientando que o poder central, como se verifica pelo auto transferência, quer alijar responsabilidades e sacudir problemas que criou e não resolve mas que dificilmente abre mão do seu poder e controlo. Identificou também o esforço feito, designadamente pelo Senhor Presidente da Câmara, para melhorar as péssimas condições anunciadas à cabeça para a transferência de competências que o Governo preparou, num esforço que fica à vista nas condicionantes que constam da adenda ao auto de transferência e que considera relevantes, não tendo no entanto ilusões sobre a natureza e o sentido profundamente negativo deste processo, pelo que ao PCP não resta outra posição que não seja o de opor-se à proposta aprovada por unanimidade no executivo municipal, terminando por dar nota que o Serviço Nacional de Saúde precisa de quem o defenda e o PCP está do lado desta defesa. (início: após 03 horas e 59 minutos; fim: após 04 horas e 07 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal Pedro Semedo, no uso da palavra, iniciou por dar nota que todos os membros da bancada que integra estão a exercer as funções de Deputado Municipal pelo alto sentido que o conceito de política tem entre eles, exercendo a função sempre de boa-fé e com sentido positivo, concordando com o executivo quando assim entendem e discordando quando o tem de fazer, mas de forma transparente e sem truques, assumindo as posições tomadas. Seguiu dizendo que a política contra o Serviço Nacional de Saúde do PS foi apoiada durante 4 anos pelo PCP e pelo Bloco de Esquerda, e que nos 4 anos anteriores aos referidos houve uma gestão que procurou controlar os danos num Governo PSD/CDS, não assumindo portanto o dedo apontado ao PSD, partido que em Governos anteriores montou a estrutura do Serviço Nacional de Saúde através da construção de uma rede de centros de saúde e maternidades e ainda lançado a Lei de Bases da Saúde, recentemente alterada para pior. Quanto ao tema em apreço referiu que, em teoria, tal proposta mereceria apoio pois a descentralização regional e local é uma forma de gerir bem os recursos, e se por um lado Portugal é dos países mais centralistas da Europa Ocidental, por outro o princípio da subsidiariedade expressa que se um determinado assunto que seja mais produtivo resolver a nível local, o poder central deve abster-se de ter essa competência, a não ser que o tal poder local não o saiba executar, e portanto há uma vastidão de competências que as câmaras municipais, em teoria, se poderiam apresentar como mais competentes do que o longínquo poder central. Porém, verifica com desgosto e alguma revolta que o poder central transfere competências mas não as acompanha devidamente na parte do

financiamento, tornando o que poderia ser uma forma de gerir eficazmente o Estado numa asfixia financeira das autarquias. Terminou, referindo voto favorável à proposta apresentada, por considerar que mais vale esta proposta que foi negociada do que uma imposição, que seria efetuada pelo Governo central pela força da lei. (início: após 04 horas e 07 minutos; fim: após 04 horas e 15 minutos) ----------

3) A Senhora Deputada Municipal Sofia Lousado, no uso da palavra, iniciou por reforçar a importância de garantir que a adenda ao auto de transferência de competências contemple as condicionantes elencadas nos documentos remetidos à Assembleia Municipal, as quais têm de ser salvaguardadas. Continuou dizendo que a concretização da transferência de competências no domínio da saúde far-se-á através da definição da estratégia municipal de saúde, que servirá de instrumento de referência para as políticas públicas locais, devendo este documento ser estratégico e alinhado com o plano nacional de saúde mas acima de tudo deve ter em consideração as carências reais e efetivas da população do Concelho, sendo, para tal, essencial o levantamento das necessidades para criar uma estratégia municipal de saúde eficaz, que promova a criação de sinergias e potencialidades resultantes do envolvimento dos vários atores da Comunidade. Terminou dizendo que em todo este processo, a intervenção da Câmara não se poderá resumir à gestão do património e ao pagamento de salários, pois esta transferência de competências visa a obtenção de respostas mais eficazes através de uma maior participação na gestão dos cuidados de saúde e no reforço da responsabilização pela qualidade do serviço de saúde prestado, vincando o acompanhamento atento deste processo. (início: após 04 horas e 15 minutos; fim: após 04 horas e 18 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, transmitiu que a posição da Câmara Municipal decorre de um posicionamento conjunto dos Municípios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra de não aceitar a transferência de competências sem que existissem conversações e negociações prévias sobre a questão com o Senhor Ministro responsável pela matéria, e as reuniões foram realizadas e foram colocadas em cima da mesa as necessidades da Mealhada: a situação das obras de fundo necessárias no património existente; as exigências acerca da falta de recursos humanos que se verificam; em relação aos veículos elétricos. Acrescentou que as imposições efetuadas vão no sentido de não vincular o Município a realizar uma obra que não é da sua responsabilidade, onerando-o e impedindo-o de realizar o que é verdadeiramente sua obrigação para e com os munícipes, que é o investimento no Concelho, e portanto só seria aceite se houvesse apoio da administração central, o que foi alcançado. Terminou lendo excerto da adenda relativa à transferência de competências já devidamente atualizada, referindo que, apesar de faltarem alguns ajustes a nível de linguagem e termos empregues, quando tudo for firmado estarão salvaguardadas todas as exigências. (início: após 04 horas e 18 minutos; fim: após 04 horas e 23 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e

quatro votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Elisa Carla de Abreu Simões, Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e um voto contra do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 23 minutos; fim: após 04 horas e 24 minutos) ----------

Ato contínuo, e não havendo mais inscrições para usar da palavra, o Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar a votação a continuidade dos trabalhos, no cumprimento do artigo 29.º do regimento da Assembleia Municipal, tendo sido aprovado por unanimidade a continuação dos trabalhos. (início: após 04 horas e 24 minutos; fim: após 04 horas e 25 minutos) ----------

9) PROPOSTA N.º 75/2023 – REGULAMENTO PARA O SERVIÇO DE EMPRÉSTIMO DOCUMENTAL DA REDE INTERMUNICIPAL DE BIBLIOTECAS DA REGIÃO DE COIMBRA: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que se trata de um regulamento de empréstimo documental, num acordo entre os vários municípios integrantes da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. (início: após 04 horas e 25 minutos; fim: após 04 horas e 25 minutos) ----------

O Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir e não havendo inscrições, colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo o mesmo sido aprovado por unanimidade. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 25 minutos; fim: após 04 horas e 26 minutos) ----------

Posteriormente usou da palavra o Senhor Deputado Municipal João Louceiro, que apresentou uma Declaração de Voto, cuja transcrição requereu: ----------

"*O PCP considera positiva a pretendida articulação e potenciação das bibliotecas da Região de Coimbra para a qual o Regulamento para o Serviço de Empréstimo Documental foi agora aprovado. O PCP espera, portanto, que o serviço de empréstimo intermunicipal se traduza na real valorização das coleções das bibliotecas, incluindo as do concelho da Mealhada, e que traga importantes benefícios para os utilizadores. Não menos, o PCP tem a expetativa de que tal se*

traduza, também, na justa valorização e no reconhecimento de quem trabalha nas e para as nossas bibliotecas e nas atividades aí desenvolvidas, nomeadamente a partir da Biblioteca Municipal. Trabalhadores e atividades em que eles estão implicados foram, aliás, referidos na preparação desta sessão pelo PCP como do melhor que a Mealhada tem. É um reconhecimento que deixamos nesta declaração de voto." (início: após 04 horas e 26 minutos; fim: após 04 horas e 27 minutos) ----------

10) PROPOSTA N.º 76/2023 – 2.ª ALTERAÇÃO AO MAPA DE PESSOAL DA CÂMARA MUNICIPAL DA MEALHADA PARA O ANO DE 2023: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para colocar à discussão o assunto mencionado em epígrafe, tendo de seguida dado a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que apresentou e explicou a proposta, referindo que esta alteração tem muito que ver com a melhoria da eficiência e eficácia dos Serviços e também aposentação de alguns funcionários, elencando de seguida as alterações nas várias Divisões. (início: após 04 horas e 28 minutos; fim: após 04 horas e 29 minutos) ----------

Em seguida, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Frederico Santos e André Melo. ----------

1) O Senhor Deputado Municipal Frederico Santos, no uso da palavra, iniciou por solicitar esclarecimento acerca do constante no mapa relativamente ao número de técnicos superiores na Divisão de Serviços Urbanos e Ambiente, sendo que se na nota justificativa da Proposta são referidos dois, mas no mapa resumo constam três, tendo de imediato sido informado pelo Senhor Presidente da Câmara Municipal que são dois e mais um decorrente de concurso que ainda está a decorrer. Questionou de seguida como é possível quantificar o aumento do número de solicitações apresentado como motivo para contratação de mais 3 engenheiros civis, vincando também que da nota justificativa consta como uma das razões a concretização efetiva da transferência de atribuições e competências da administração central para a local, em diversas áreas de atuação, e que obrigam a intervenção e resolução pronta e célere das autarquias locais, tendo em conta a proximidade com os munícipes, embora para o setor de Ação Social e Saúde não se preveja qualquer regularização, como se verifica nos Serviços Sociais e na CPCJ. (início: após 04 horas e 29 minutos; fim: após 04 horas e 34 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal André Melo, no uso da palavra, iniciou por referir que não causa celeuma nenhuma a contratação de mais três engenheiros civis dado que se multiplicou por oito o investimento em pavimentação e se pretende fazer ainda mais obra e reabilitar o espaço urbano, ao que acresce o facto das empresas de engenharia estarem assoberbadas de trabalho e portanto deve-se internalizar esse conhecimento. Terminou dando nota que esta é uma prova de que se está a fazer mais trabalho e se vai notar no futuro. (início: após 04 horas e 34 minutos; fim: após 04 horas e 35 minutos) ----------

De seguida o Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara que, no uso da mesma, referiu que a contratação de engenheiros se deve

não só às inúmeras obras que estão a decorrer como pelas dificuldades sentidas no acompanhamento e execução dos projetos devido a essa falta de engenheiros, ao que acresce a falta de viaturas, equipamentos e pessoas que se constatou estar em falta e com o qual não seria possível dar a resposta pretendida, e portanto com isto pretende-se ser mais célere e eficaz para com os munícipes. (início: após 04 horas e 35 minutos; fim: após 04 horas e 37 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com vinte e quatro votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, João Manuel Ferreira Louzado, Rosa Maria Sousa, Susana Catarina Simões de Almeida, Maria João Rodrigues dos Santos, Sofia Margarida Alves Martins, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Sofia da Costa Lousado, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Iola Marina Gaspar Baptista, João Miguel Leite Martins Silva, Elisa Carla de Abreu Simões, Carlos Manuel Salvador Veloso, Sandra Isabel Baía Semedo, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Claudemiro Manuel Jesus Semedo, Mário José de Sousa Gaspar, Abílio Lopes Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e uma abstenção do Senhor Deputado Municipal: João Manuel Lima Louceiro. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 04 horas e 37 minutos; fim: após 04 horas e 37 minutos) ----------

11) PROPOSTA N.º 77/2023 – REGULAMENTO DE UTILIZAÇÃO E FUNCIONAMENTO DO CINETEATRO MESSIAS: ----------

O Senhor Presidente da Mesa usou da palavra para informar de ofício recebido para tomada de conhecimento, remetido pelo Tribunal Administrativo e Fiscal de Aveiro à Assembleia Municipal, e do qual consta carta enviada pelo Senhor Vereador Rui Marqueiro, a qual citou e se transcreve: ----------

"*Na última reunião da Câmara Municipal da Mealhada foi agendado um projeto regulamento para a Utilização e Funcionamento do Cineteatro Messias que no entendimento de três Vereadores do Executivo devia ser submetido a consulta pública de acordo com o estatuído no artigo 101 do CPA. Assim não o entendeu a maioria do Executivo. O respetivo projeto foi remetido desde logo para a AM que reunirá no próximo dia 20/09. Penso que a razão está do lado de quem votou contra a decisão tomada, pelo que apelo à intervenção de V/Exas tão rápida quanto possível. Junto o projeto regulamento, e minuta da decisão tomada*". De seguida leu a resposta do Senhor Procurador do Ministério Público, e que se transcreve: ---------

"*Como se infere da participação, é pretendida a intervenção do MP porque no entender do Exponente o projeto de Regulamento de utilização e Funcionamento do Cineteatro Messias, a ser remetido para aprovação da Assembleia Municipal da Mealhada, viola o disposto no art.º 101º do CPA, pois deveria ser precedido de necessária consulta pública. Compulsado o teor da ata de deliberação em reunião*

de Câmara, verificamos que tal decisão se ancorou no entender de não sujeitar tal projeto a consulta pública pelo facto de versar sobre a utilização e funcionamento de instalações, equipamentos e serviços municipais, e não ser suscetível assim de afetar de modo direto e imediato direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos. Do ponto de vista material, não materializou nessa altura, nem agora o Participante quaisquer factos objetivos que refutassem a sua apreciação, limitando-se a emitir mera opinião. Assim sendo, concede-se de 5 dias para, querendo, se pronunciar. Dê-se conhecimento da participação ao Exmo. Senhor Presidente da Assembleia Municipal.". Informou de seguida que consultou os Serviços Jurídicos da Câmara Municipal sobre o assunto, os quais informaram que a decisão de não colocar o Regulamento em consulta pública está baseado na Lei. Acrescentou também que existe documento semelhante, relativo ao penúltimo mandato, e no qual foi usada a mesma argumentação legal para não haver consulta pública. (início: após 04 horas e 38 minutos; fim: após 04 horas e 43 minutos) ----------
Posteriormente, o Senhor Presidente da Mesa perguntou se alguém queria intervir, tendo pedido a palavra os Senhores Deputados Municipais: Susana Almeida, João Louceiro e o Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga.
1) A Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, no uso da palavra, iniciou por felicitar o executivo pela criação do regulamento, um documento importante e que o Município já reclamava. De seguida referiu que do artigo n.º 100 do Código Procedimento Administrativo consta que "*deve existir audiência de interessados no caso de as disposições afetarem de modo direto e imediato, direitos e interesses legalmente protegidos dos cidadãos*", sendo que na proposta em lide é mencionado que visto não ser suscetível de afetar de modo direto e imediato os direitos ou interesses legalmente protegidos dos cidadãos, não há necessidade de proceder a audiência de interessados, análise esta com a qual discorda pois julga que o regulamento em apreço é suscetível de afetar, direta e imediatamente, os direitos e interesses legalmente protegidos, desde logo o respeito pelo princípio da igualdade, da equidade, da transparência dos interessados no uso deste equipamento municipal. Disse tratar-se de um regulamento que dispõe e atribui direitos a vários interessados na utilização desta infraestrutura, interligando depois a necessidade de consulta pública com vícios de teor substantivo, desde logo pelo facto de regulamentos congéneres de outros Municípios terem sido objeto de consulta pública, assim como pela necessidade de clarificar e salvaguardar equidade entre instituições externas, mormente associações. Acrescentou, sem embargo de considerar dever existir consulta pública ou não, sugestões de alteração ao regulamento, nomeadamente: nada é dito quanto à antecedência dos pedidos apresentados por entidades externas, apesar de o n.º 3 do artigo 33º prescrever que na aceitação dos pedidos deverá ser tida em conta a data do pedido; não prevê igualmente uma limitação quanto ao número de utilizações por um determinado período, designadamente ano civil, correndo o risco por exemplo de uma entidade usar a infraestrutura dez vezes e outra nenhuma; é prescrito também no citado artigo 33º que devem ser tidas em conta as capacidades demonstradas pela entidade

requisitante, determinadas pela consistência dos projetos levados a cabo no Cineteatro, critério este que merece reservas, não só porque nem todas as instituições têm a mesma capacidade de estruturar, instruir e fundamentar determinados por projeto como também não tendo nunca uma instituição apresentado um projeto anteriormente, estará sempre em desvantagem relativamente a outras já com interações anteriores; deveria também ser incluído no citado artigo fator preferencial o facto de a instituição ter a sede no Concelho; por último sugeriu ainda que o regulamento preveja a possibilidade de o requerente poder suprir eventuais insuficiências no pedido apresentado. Terminou vincando que, tendo em conta o explanado, poderá haver um condicionamento no entendimento de que o regulamento deve ser objeto de consulta pública, ou não, expressando, caso o conteúdo do regulamento se mantenha, o seu voto contra. (início: após 04 horas e 37 minutos; fim: após 04 horas e 50 minutos) ----------

2) O Senhor Deputado Municipal João Louceiro, no uso da palavra, iniciou por dizer que não se pronunciava sobre o imperativo da consulta pública ou não, confiando nos argumentos apresentados no texto da proposta, apontando contudo que quem elaborou o requerimento exposto pelo Senhor Presidente da Mesa, no passado aprovou matéria dispensando consulta pública, e isso tem a ver com a matéria que está em causa e os efeitos que ela produz. Seguiu dizendo que a proposta de regulamento apresentada, necessária para a creditação na rede de teatros e cineteatros de Portugal, é um texto confuso, extenso e pesado, o que em regra não é benéfico para todos que terão de o consultar e entender com clareza para o respeitarem. Elencou depois algumas notas que decorrem da análise ao proposto: no artigo terceiro, apesar da listagem de utilizações diversificadas que o cineteatro pode acolher não ser fechada hermeticamente, a inclusão do número 2 a referir que "*não pode ser utilizado para fins diferentes dos previstos no número anterior*", pode causar ruído desnecessário; são também usados alguns conceitos, designadamente em relação ao exercício de competências e responsabilidades, que parecem andar a concorrer entre si, elencando-os de seguida; entende que a referência a critérios de qualidade é discutível/subjetiva e portanto perigosa, bastando pensar na quantidade avassaladora de iniciativas ditas por alguns de qualidade, que são verdadeiramente desqualificadas, mesmo quando agradam a muitos; deu nota ainda para contradições e repetições no texto. Acabou dizendo que percebe a necessidade burocrática da aprovação do regulamento mas, tal como defendido quanto a outros, se tem de existir então que seja tão claro quanto possível, e portanto, não desconsiderando o trabalho já feito, sugere uma revisão mais cuidada do texto antes da aprovação do regulamento de utilização e funcionamento do Cineteatro Messias. (início: após 04 horas e 51 minutos; fim: após 05 horas e 01 minutos) ----------

3) O Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Casal Comba Nuno Veiga, no uso da palavra, iniciou por citar notícia de agosto de 2020, na qual dizia que quatro dezenas de membros da concelhia do PS aprovaram, por unanimidade, uma moção a defender o então Presidente da Câmara, Rui Marqueiro, expressando ainda repúdio pela judicialização da política autárquica. Lembrou de seguida a Senhora

Deputada Municipal Susana Almeida que no passado ambos aprovaram vários regulamentos municipais, muitos dos quais sem objeto de consulta pública, e portanto se estava mal no passado iria agora aguardar pronúncia do Ministério Público. Prosseguiu dizendo que o anterior Presidente da Câmara Municipal era muito elogioso para com os Serviços Camarários, contudo nos últimos meses constatava que tudo estava mal, questionando o que se terá passado. Terminou manifestando curiosidade com a decisão que será tomada pelo Ministério Público, pois se o Senhor Vereador Rui Marqueiro tiver a razão do seu lado, de que forma se justificariam os inúmeros regulamentos aprovados sem que tenha existido consulta pública prévia, vincando no entanto acatar a decisão do Ministério Público, qualquer que seja, e corrigir o que estiver para ser corrigido. (início: após 05 horas e 01 minutos; fim: após 05 horas e 05 minutos) ----------

Não existindo mais intervenções, o Senhor Presidente da Mesa colocou à votação o assunto mencionado em epígrafe, tendo sido aprovado por maioria, com doze votos a favor dos Senhores Deputados Municipais: Carlos Alberto da Costa Cabral, Rosa Maria Sousa, Maria João Rodrigues dos Santos, André Alexandre Semedo Fernandes de Melo, Vítor Manuel Cerveira Gomes, Ana Lúcia de Oliveira Mannarino, Carlos Fernando da Rocha Ramos Pimenta, Elisa Carla de Abreu Simões, Sandra Isabel Baía Semedo, Nuno Filipe dos Santos Veiga, Mário José de Sousa Gaspar e Abílio Lopes Semedo, nove votos contra dos Senhores Deputados Municipais: Susana Catarina Simões de Almeida, Frederico Miguel do Céu Marques dos Santos, Ana Sofia da Costa Lousado, João Miguel Leite Martins Silva, João Manuel Lima Louceiro, Carlos Manuel Salvador Veloso, João Manuel Cidra de Oliveira Duarte, Claudemiro Manuel Jesus Semedo e Pedro Ricardo Fernandes Ferreira e quatro abstenções dos Senhores Deputados Municipais: João Manuel Ferreira Louzado, Sofia Margarida Alves Martins, Pedro Miguel Soares Gomes Semedo e Iola Marina Gaspar Baptista. ----------

Esta deliberação foi aprovada em minuta para produção de efeitos imediatos, nos termos do disposto no n.º 3, do artigo 57º, da Lei 75/2013, de 12 de setembro. (início: após 05 horas e 05 minutos; fim: após 05 horas e 07 minutos) ----------

De seguida foi dada a palavra à Senhora Deputada Municipal Susana Almeida, que apresentou uma Declaração de Voto, dizendo que a bancada do PS votou contra e, independentemente das ações tomadas no passado, tentou encontrar um regulamento que servisse os interesses equitativos dos munícipes e não tivesse erros formais, como os enunciados pelo Senhor Deputado João Louceiro, e portanto constata-se que foi aprovado um regulamento que tem sérios riscos de ser pouco transparente, pouco equitativo, de não respeitar o princípio da igualdade e ter várias gralhas formais, não concordando que se utilize o argumento de que se no passado foi assim então deverá continuar a sê-lo no presente, apesar dos problemas de forma e de substância. (início: após 05 horas e 07 minutos; fim: após 05 horas e 09 minutos)

E, nada mais havendo a tratar, foi encerrada a sessão, pelas 01 horas e 45 minutos, do dia 21 de setembro de 2023, da qual se lavrou a presente Ata, que depois de lida e aprovada, vai ser assinada por mim Ana Miguel Esteves Machado,

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Rui Miguel Esteves Machado, nomeado por despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Mealhada, para apoio administrativo à Assembleia Municipal, que a redigi, bem como pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, em conformidade com o disposto no número 3 do artigo 57º, da Lei nº. 75/2013, de 12 de Setembro, na sua redação atual. ----------

Mealhada, 21 de setembro de 2023. ----------

O Presidente da Mesa da Assembleia Municipal ----------

Carlos Alberto da Costa Cabral. ----------